

A LEI DE COTAS APÓS UMA DÉCADA: uma análise de estratificação educacional a partir da UFABC (2010 - 2017)

Juliéverson Carvalho

RESUMO EXPANDIDO

A UFABC teve sua fundação em 26 de julho de 2005 e o Novo Exame Nacional do Ensino Médio (NOVO ENEM) foi implementado nesta universidade no processo seletivo no início de 2009. É importante ressaltar que as Políticas de Ação Afirmativa (PAA) passaram a ser implementadas no ensino superior público brasileiro no início do século XXI e a UFABC antecipou-se, em 2010, com relação às cotas raciais para o acesso via Sistema de Seleção Unificada (SISU). Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender melhor sobre o perfil discente das (os) discentes nesta Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) entre 2010 a 2017 para abranger a questão sobre a eficácia da Lei de Cotas desde a sua adesão para o acesso. Busca-se conhecer também algumas experiências de descolonização possíveis de serem identificadas nesta IFES, que é multicampi e resulta do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no primeiro ciclo de expansão para o interior ou fase I (2003 a 2006), respeitando-se sua vocação institucional bem como o princípio da autonomia universitária que foi parte das metas do REUNI. É importante compreender esse perfil de modo a apreciar a Lei nº 12.711 ou Lei de cotas, sancionada em 29 de agosto de 2012, no contexto da Reforma Universitária que foi ocasionada pelos programas Reuni e Expansão Fase I. Pretende-se identificar o impacto do REUNI nesta IFES mediante o recorte temporal (2010 - 2017) que parte da seguinte indagação: por quê houve um movimento de queda no grupo de estudantes ingressantes com etnia não-declarada enquanto a etnia branca teve um aumento significativo e o grupo de pretos, pardos e indígenas (PPI) pouco variou? As variáveis estão diretamente relacionadas às operações de ingresso e conclusão. Para melhor conhecer o perfil das PAA nesta universidade, busca-se conhecer o perfil discente com base nas variáveis variáveis de raça/etnia, sexo/gênero e idade. Nesta análise, foco na amostragem estratificada para a UFABC concentra-se no grupo de graduandos entre 17 a 24 anos. Sabe-se que a desigualdade de oportunidade educacional no ensino superior brasileiro deriva da estratificação ou maneira como o sistema escolar seleciona e socializa estudantes de diferentes origens sociais, no cenário educacional de expansão das matrículas no Ensino Médio bem como o aumento de vagas no ensino superior como argumentou Pereira (2015) ao apresentar perspectivas como a Teoria Liberal, onde a educação pode ser compreendida enquanto recurso de seleção, a meritocracia. A Teoria da Reprodução, por sua vez, compreende que o processo de expansão educacional é reprodutor das relações de dominação, fazendo com que as oportunidades não se efetivem. E a Teoria da Escolha Racional, que parte da indagação quanto ao modo em que indivíduos e suas respectivas famílias investem na educação como cálculo entre custos, benefícios e riscos. A UFABC ou Federal do ABC aderiu integralmente ao REUNI, cuja priorização ocorreu nos cursos de graduação presenciais, com meta de elevação gradual. A estrutura Organizacional da UFABC está distribuída em dois Campi: O Campus de Santo André e o de São Bernardo do Campo, envolvendo a Reitoria, Vice-reitoria, o Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH), o Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS) e o Centro de Matemática, Computação e Cognição (CEMAT). Em 21 de maio de 2014, a Ex-presidenta Dilma Rousseff (2011 - 2016) recebeu, no Palácio do Planalto em Brasília – DF, reitores de diversas IFES, contando com a participação dos ex-ministros Henrique Paim e Clélio Campolina para discutir

139

sobre a expansão na rede federal de educação superior, iniciada em 2003. Nara Ferreira (2020) fez um rastreamento a partir de utilização de base de dados bem como revisão da literatura sobre desigualdade racial e educação no Brasil, argumentando que até 2012 apenas 23 entre 59 IFES possuíam algum tipo de PAA já implementada. A autora realizou análises de correlação e regressão linear múltipla por meio de informações do Censo da Educação Superior (CES), instrumento de coleta estatística que é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com as informações do cadastro do Sistema e-MEC, mediante registros das Instituições de Ensino Superior (IES), seus cursos e locais de oferta. Em 2011, brancos não-graduandos somavam: 7.739.007 (48%) enquanto que PPI não-graduandos registrados foram: 8.179.537, dos quais: 6.730.365 (42,3%) eram pardos e 1.449.172 (9,1%) pretos e indígenas (PEREIRA, 2015). Mediante as PAA tais como o Novo ENEM (2009) e o Sistema de Seleção Unificada – SISU (2010), inúmeros estudantes tornaram-se os primeiros de suas famílias a ingressar e concluir uma graduação em determinada IFES. Em 2010 estavam matriculadas (os) em cursos de graduação, ou seja, frequentavam a faculdade um percentual de 15% de jovens entre 18 a 24 anos, sendo que a meta do Plano Nacional de Educação - PNE de 2001 ficou definida em 30% (PEREIRA, 2015). Guilherme e Rodrigues (2022) apresentaram as abordagens credencialista, cuja resposta para atuação de grupos sociais privilegiados nas estratégias de manutenção de suas posições está relacionado com a manutenção de desigualdades no período de expansão educacional, passando pela ação coletiva de grupos sociais que se valem dos recursos próprios para adaptação a possíveis transformações no sistema de credenciamento. Os modelos explicativos dessa relação entre expansão educacional e manutenção ou aprofundamento das desigualdades sociais, assumiram em comum que as diferenciações internas dos sistemas de ensino são importantes mecanismos de exclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Descolonização; Desigualdade de Oportunidade Educacional; Lei de Cotas; Política de Ação Afirmativa (PAA); REUNI.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Nara Torrecilha. Desigualdade racial e educação: uma análise estatística das políticas afirmativas no ensino superior. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.36, 2020.

PEREIRA, Orcione Aparecida Vieira. **Desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil: o caso do ensino superior. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).** ICH – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/114>. Acesso em: 09 Nov. 2021.

Desafios para a expansão do ensino médio integral técnico e profissionalizante no Brasil

Ana Jessika Sousa Braga¹⁸

RESUMO

A dissertação proposta tem como foco as políticas de educação integral e profissionalizante no Brasil. Seu objetivo geral é investigar as perspectivas e os impactos decorrentes da ampliação do ensino médio integrado e profissionalizante, com o intuito de verificar sua contribuição para a promoção de uma educação mais inclusiva. De maneira mais específica, o estudo visa a descrever a política de educação técnica profissional e de ensino integral no país, além de examinar a evolução histórica do marco legal que regula as políticas públicas de educação. Também pretende-se descrever a evolução das matrículas nessa modalidade utilizando dados de censos da educação básica, disponibilizados pelo INEP, e investigar possíveis correlações entre as localidades que avançaram na expansão desse modelo de ensino e a demanda de trabalhadores com formação técnica de nível médio.

Palavras-chave: Educação. Formação profissionalizante. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

The proposed dissertation focuses on integral and professional education policies in Brazil. The main goal is to investigate the perspectives and impacts resulting from the expansion of integrated and vocational secondary education, with the aim of verifying its contribution to the promotion of a more inclusive education. More specifically, the study aims to describe the policy of professional technical education and comprehensive education in the country, in addition to examining the historical evolution of the legal framework that regulates public education policies. It is also intended to describe the evolution of enrollments in this modality using data from basic education censuses, made available by INEP, and investigate possible correlations between the locations that have advanced in the expansion of this teaching model and the demand for workers with secondary technical training.

Keywords: Education. Vocational training. Job market.

142

¹⁸ Mestre em Economia pela UFABC (PPGECO).

INTRODUÇÃO

O ensino de nível médio Integral e o ensino médio profissionalizante são modalidades educacionais destinadas a oferecer uma alternativa ao ensino médio regular, agregando maior qualidade educacional nesta etapa do ensino básico e proporcionando maiores oportunidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho, medida amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996). Esta busca cumprir os direitos constitucionais à educação e à formação profissional, uma vez que é dever do Estado garantir o acesso e a permanência na educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete), conforme previsto no artigo 208 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). A preparação para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania é uma das finalidades da educação básica, que abrange desde a educação infantil até o ensino médio, de acordo com a LDB.

As políticas públicas de educação tendem a ser normalmente reconhecidas pelos benefícios individuais, sendo um fator crucial na melhoria da qualidade de vida das famílias, desde o apreço pelos bens culturais até o aprimoramento das oportunidades de emprego. No entanto, essa característica não exclui os efeitos coletivos decorrentes de uma maior participação educacional, em condições de qualidade, uma vez que a educação escolar também é vista como um elemento impulsionador do desenvolvimento humano e econômico (Ximenes, 2022). Além disso, a educação profissional tende a gerar efeitos macroeconômicos positivos, como o aumento da produtividade, abrir novas possibilidades de trabalho, o estímulo à inovação e ao empreendedorismo, promover a equidade social contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e a competitividade econômica (Mercadante, CEPAL, 2019).

Diante deste contexto, o Ministério da Educação (MEC) indicou a intenção de priorizar uma proposta pedagógica destinada a promover o ensino médio em tempo integral, com foco na formação profissionalizante em todo o país. Caso essa iniciativa seja concretizada, espera-se uma significativa expansão da oferta de vagas no ensino médio articulado à educação profissional na rede pública de ensino brasileira. Este movimento, se bem implementado, pode representar um avanço na educação básica brasileira, por conseguir integrar as habilidades do aluno, formação consistente para lidar com situações cotidianas, além de contribuir com a aquisição de competências requeridas pelo mercado de trabalho, que está em processo acelerado de transformação devido ao avanço tecnológico mundial.

Um relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) publicado em 2022 identificou que no Brasil 24,4% dos jovens de 18 a 24 anos não trabalham nem estudam, assumindo o segundo lugar nesse quesito entre os 37 países pesquisados. Este estudo que pode indicar que estamos preparando mal os jovens para as mudanças no perfil

profissional e eles não estão conseguindo fazer a transição da escola para o mercado de trabalho. Diante desse cenário alarmante, torna-se evidente a importância de investir em educação profissional no Brasil.

Segundo a CEPAL, principal desafio da educação profissional e técnica reside em determinar a formação necessária para que os trabalhadores possam desempenhar suas funções no ambiente de trabalho. Isso demanda a definição de perfis profissionais e um plano de ensino capaz de traduzir as demandas do mercado para o desenvolvimento das habilidades necessárias para cada tipo de emprego. Esses perfis profissionais devem ser acompanhados por um currículo que ofereça uma base flexível, adaptável às rápidas mudanças tecnológicas em andamento (Mercadante, CEPAL, 2019).

A contribuição que a presente proposta de pesquisa pretende estabelecer ao debate é a de apresentar um panorama amplo, estabelecendo como questão investigativa a pergunta: Quais os desafios e oportunidades da expansão do ensino técnico integral no Brasil?

A hipótese previamente estabelecida é de que a demanda por trabalhadores de ensino médio é um incentivo para cursar o ensino técnico, mas também pode ser um desafio uma vez que a dinâmica do mercado de trabalho pode ser afetada por diversos fatores não diretamente relacionados à reforma do ensino médio.

A resposta à pergunta problema condiciona os seguintes objetivos. O objetivo geral é descrever a evolução do ensino técnico e integral do Brasil buscando identificar os desafios para a sua expansão, além de identificar se essas políticas têm sido suficientes para melhorar o desempenho educacional dos alunos. Os objetivos específicos incluem descrever a legislação que permitiu o ensino técnico integral, identificar experiências similares em outros países ou que enfrentem ou tenham enfrentado desafios equivalentes aos do Brasil em educação e inserção de jovens no mercado de trabalho.

O principal procedimento adotado consiste na revisão bibliográfica e documental de marcos legais que mostram a evolução da regulação de políticas públicas relacionadas a educação e que impactaram de alguma forma à implementação do ensino médio Integral e profissionalizante. No que se refere a análise das diretrizes da política que regulam a expansão do ensino médio integral e profissionalizantes, será feita a análise da Resolução CNE/CP Nº 1, de 2021. Quanto aos dados, serão utilizados os Censos da Educação básica dos últimos 4 anos, 2020, 2021, 2022 e 2023, disponibilizados pelo INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, para estabelecer o perfil da população escolar e da estrutura escolar.

A pesquisa também recorre à análise do emprego formal da RAIS – Relatório Anual de Informações sociais, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro.

Procura-se também descrever possíveis relações entre o ensino técnico e emprego de jovens em relatórios de análise de políticas educacionais fornecidos por instituições como a OCDE, buscando fazer comparativos entre países. Para análise do Brasil, os dados de emprego formal de jovens que cursaram ensino técnico obtidos na RAIS serão confrontados com dados de matrículas no ensino médio em diferentes anos.

O texto aqui apresentado consiste em uma seção que servirá de base para a dissertação, a qual será posteriormente formatada na forma de um artigo. A primeira seção aqui apresentada aborda a "Política de Ensino Médio Integral e Técnico no Brasil", dividida em sete subseções, estando a sétima incompleta. Já a segunda seção, ainda não elaborada, é dedicada à descrição e análise dos dados educacionais e do mercado de trabalho. Ao final, as considerações finais destacam os próximos passos da pesquisa e apresentam o cronograma de execução.

1. POLÍTICA DE ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL

Esta seção tem como objetivo realizar uma descrição dos marcos jurídicos que moldam o ensino médio integral e técnico no país. Apresentam-se os eixos argumentativos no próximo parágrafo e a primeira subseção indica os procedimentos específicos planejados para a seção. Na sequência, as demais 6 subseções são apresentadas, mas serão adensadas pela revisão crítica. Isto posto, a seção inicia com uma exposição histórica dos principais marcos legais relacionados à educação, destacando sua evolução ao longo do tempo e seu impacto no desenvolvimento do ensino médio integral e técnico. A partir dessa contextualização histórica, a seção aborda a política educacional atual voltada para o ensino médio integral e técnico, destacando as iniciativas implementadas e os desafios enfrentados. Serão discutidos os programas e políticas governamentais que visam promover a expansão e melhoria do ensino médio integral e técnico no Brasil, bem como o cenário atual desse segmento educacional, incluindo conquistas, avanços e áreas que necessitam de maior atenção. A análise será embasada em dados e pesquisas bibliográficas recentes, oferecendo uma visão abrangente e atualizada sobre o tema, com o intuito de contribuir para o debate e formulação de políticas educacionais mais eficazes e inclusivas para o ensino médio integral e técnico no país.

145

1.1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA PARA A SEÇÃO

Para o adensamento da reflexão proposta para a seção, a pesquisa busca reunir dados relevantes sobre a legislação nacional e as normas relacionadas à Educação Profissional e

Tecnológica (EPT) e ao ensino médio nas últimas décadas. Utilizam-se fontes secundárias, incluindo documentos oficiais do governo, legislação educacional e estudos acadêmicos relevantes. Essa etapa permite uma compreensão abrangente do contexto legal e normativo que influencia a integração entre ensino médio e EPT no Brasil.

Busca-se sistematizar análise das contribuições de pesquisadores da educação profissional e tecnológica. Iniciando por autores como Mariano, Arraes (2018) e Severnini e Orellano (2010), que oferecem percepções valiosas sobre os impactos observados do ensino médio e EPT no desempenho acadêmico e transição dos jovens da escola para o mercado de trabalho. A revisão crítica dos artigos desses autores, busca destacar conceitos-chave, perspectivas relevantes para a investigação acerca da inserção dos jovens no mercado de trabalho e principais resultados encontrados.

Na revisão bibliográfica proposta para a seção procura-se identificar os resultados obtidos por outros pesquisadores quando investigam os efeitos do ensino médio integral sobre o desempenho. A presente pesquisa, porém, não busca estimar efeitos e sim compreender os principais elementos que caracterizam a experiência brasileira.

Por fim, a seção inclui também dados da evolução das matrículas de estudantes no ensino profissional de nível médio a partir de dados históricos do Censos da Educação disponibilizados pelo INEP e com caracterização dos estudantes e da estrutura escolar técnica em 2023, disponíveis no suplemento de cursos técnico no Censo da Educação Básica.

146

1.2 A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: RUMO À EDUCAÇÃO INTEGRAL E AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DE NÍVEL MÉDIO

A evolução educacional no Brasil é marcada por um fenômeno caracterizados a judicialização da educação, que se refere à intervenção do Poder Judiciário em assuntos educacionais para garantir a proteção desse direito, inclusive para assegurar o cumprimento das responsabilidades constitucionais do Ministério Público e outras entidades autorizadas (Cury; Ferreira, 2008). Este fenômeno pode ser compreendido como uma resposta do sistema judiciário a demandas sociais por acesso à educação de qualidade e pela garantia dos direitos educacionais básico por meio do Estado. Desde intervenções judiciais relacionadas ao currículo e à avaliação escolar até ações que visam assegurar condições essenciais para o exercício do direito à educação, como a garantia de vagas, transporte, insumos e financiamento, a judicialização da educação reflete uma convergência de fatores. Assim, contatou-se ao longo dos últimos anos uma tradução de demandas sociais e medidas administrativas da política educacional em normas jurídicas, como destacado por Ximenes (2014). Dito isso, descreve-se a evolução dos marcos

legais que norteiam a oferta educacional no Brasil e que influencia a oferta de ensino médio integral e técnico profissionalizante no país.

O ponto de partida nessa jornada histórica em direção à garantia do direito à educação básica gratuita e de qualidade é a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nela, o Artigo 208 estabeleceu os princípios essenciais do compromisso do Estado com a educação. Desde então, o Brasil se comprometeu a proporcionar educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, assegurando sua oferta sem custos para todos aqueles que não a possuem na idade apropriada. Além disso, a Constituição previu a expansão progressiva do ensino médio gratuito, a prestação de serviços educacionais especializados para pessoas com deficiência, preferencialmente dentro do sistema regular de ensino, o acesso aos mais elevados níveis de ensino, pesquisa e expressão artística, de acordo com a capacidade de cada indivíduo, e a disponibilidade de ensino regular noturno adaptado às circunstâncias dos alunos. Esses princípios fundamentais estabelecem as bases de uma educação inclusiva e de excelência, visando oferecer oportunidades educacionais equalitárias a todos os brasileiros.

O marco legal estabelecido pela Constituição de 1988 foi complementado e consolidado pela promulgação da Lei 9.394, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Além de ratificar os princípios fundamentais previstos na Constituição, a LDB desempenhou um papel crucial ao regulamentar a educação escolar no país. Ao destacar a importância do ensino em instituições próprias e ao estabelecer bases sólidas para a organização curricular e pedagógica das escolas brasileiras, a LDB tornou-se um guia fundamental para o sistema educacional. Entre os principais pontos abordados pela LDB estão a definição das competências e atribuições dos diferentes níveis de ensino, a valorização dos profissionais da educação, a garantia da gestão democrática das escolas, a promoção da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e a orientação para a formação integral dos estudantes, contemplando aspectos físicos, emocionais, intelectuais e sociais. Com isso, a LDB estabeleceu diretrizes claras para a educação brasileira, buscando garantir uma educação de qualidade, inclusiva e voltada para o desenvolvimento pleno dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Em 2008, outro passo importante rumo à diversificação e à qualidade da educação foi dado com a promulgação da Lei 11.892. Esta legislação foi responsável pela criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa medida tinha como objetivo promover a ampliação significativa do acesso à formação técnica e profissionalizante de qualidade em todo o Brasil, integrando formação básica e habilidades técnicas necessárias que preparasse os estudantes para os desafios do mercado de trabalho e para o avanço da ciência e tecnologia.

A promulgação da Lei 14.113 em 2007 (atualizada em 2020) regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Este fundo desempenha um papel crucial ao garantir recursos financeiros destinados à educação básica em todo o país. Um dos principais pontos dessa lei é a garantia de um financiamento adequado para a educação, assegurando que os recursos sejam destinados de forma equitativa e suficiente para atender às necessidades das escolas e dos alunos em todas as regiões do Brasil. O FUNDEB é composto por recursos provenientes de diferentes fontes, como a arrecadação de impostos estaduais e municipais, além de complementações da União. Esses recursos são distribuídos de acordo com critérios estabelecidos em lei, levando em consideração o número de alunos matriculados e a complexidade do ensino em cada região. Essa distribuição equitativa dos recursos contribui para reduzir as desigualdades educacionais entre os diferentes municípios e estados brasileiros.

Além de garantir o financiamento adequado para a educação básica, o FUNDEB também promove a valorização dos profissionais da educação, destinando uma parte dos recursos para o pagamento de salários e benefícios dos professores e demais profissionais que atuam nas escolas. Isso é fundamental para atrair e manter profissionais qualificados na educação, além de reconhecer a importância do trabalho realizado por esses profissionais na formação das futuras gerações. Outro aspecto relevante do FUNDEB é a sua contribuição para a melhoria da qualidade do ensino. Os recursos provenientes desse fundo podem ser utilizados para diversos fins, como a compra de materiais didáticos, a realização de obras de infraestrutura nas escolas, a implementação de programas educacionais e o investimento em formação continuada para os professores. Dessa forma, o FUNDEB desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação de qualidade e na garantia do direito à educação para todos os brasileiros.

A promulgação, em 2017, da Lei nº 13.415/2017, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, representa um marco significativo no cenário educacional do Brasil. Essa legislação trouxe consigo alterações substanciais na estrutura do ensino médio, aumentando o tempo mínimo de estudo dos alunos na escola de 800 para 1.000 horas anuais até 2022. Além disso, estabeleceu uma nova abordagem curricular mais flexível, que integra a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e oferece aos estudantes múltiplos caminhos formativos para sua escolha.

Essa medida visa ampliar as oportunidades para a expansão do ensino técnico dentro do ensino médio e uma maior conexão com o mercado e as empresas, permitindo a integração da educação profissional nas escolas que oferecem o ensino médio tradicional como um itinerário formativo. Contudo, as alterações no currículo foram alvo de críticas por parte de várias entidades estudantis e professores, uma vez que, na prática não cumpri alguns de seus objetivos,

entre eles o maior envolvimento do aluno nos estudos e a liberdade de escolhas alinhadas com objetivos de carreira e aptidão individual. O Novo Ensino Médio (NEM) encontrou na prática uma dura realidade com baixo investimento em sua implementação e estrutura precária das escolas públicas. Para Caras o equívoco na elaboração do novo ensino médio não se restringe à execução, mas também à concepção do projeto. No âmbito das políticas públicas, a concepção do projeto influencia diretamente sua implementação, e vice-versa (CARA, 2024).

Assim como o NEM, o ensino técnico pode ser incorporado nas próprias escolas de ensino médio, com algumas adaptações necessárias. Além disso, pode ser implementado em parceria com instituições especializadas em educação profissional, seja de forma integrada ao ensino médio ou como um curso subsequente (BRASIL, 1996). O ensino técnico é uma formação abrangente e integrada, que proporciona tanto conhecimentos acadêmicos quanto competências gerais para o mercado de trabalho, além de habilidades específicas para determinadas profissões.

Em 2018, temos a Portaria 331, de que instituiu o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um reflexo do compromisso do Brasil em promover uma educação de qualidade e alinhada com os princípios estabelecidos na legislação educacional vigente. A BNCC é uma ferramenta fundamental que define os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os alunos devem adquirir ao longo da educação básica, destacando competências gerais, habilidades e conhecimentos fundamentais para os estudantes em áreas como Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Naturais. Além disso, promove a integração curricular e valoriza a educação integral, reconhecendo a diversidade e garantindo flexibilidade para adaptações locais. Essa abordagem oferecerá uma formação mais abrangente e significativa, preparando os alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para uma participação ativa na sociedade contemporânea.

A Resolução CNE/CP Nº 1, de 2021, complementa essa trajetória ao estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, que é um dos principais objetos dessa pesquisa. Essas diretrizes visam orientar os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas na organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional e Tecnológica, tanto presencial quanto a distância. A modalidade educacional é concebida como integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, sendo organizada por eixos tecnológicos e em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento. Os princípios norteadores incluem a articulação com o setor produtivo, o respeito ao pluralismo de ideias, a centralidade do trabalho como princípio educativo, entre outros aspectos que visam garantir uma formação profissional

de qualidade e atualizada. Essas diretrizes, assim como a BNCC, reafirmam o compromisso do país com uma educação que atenda às demandas da sociedade e do mercado de trabalho, preparando os cidadãos para os desafios do século XXI.

Como forma de planejamento estratégico de curto prazo, a Lei 14.802/24, estabeleceu o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027, visando orientar os investimentos públicos nos próximos anos. Esse plano reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a melhoria contínua de áreas fundamentais para o desenvolvimento do país. O Plano Plurianual (PPA) direciona as escolhas do governo, traduzindo-as em programas e orçamento para os próximos quatro anos. Um dos eixos prioritários do PPA é o desenvolvimento social e a garantia de direitos, onde se destaca a meta de ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior, preparando os cidadãos para os desafios profissionais e éticos em um mundo em constante transformação tecnológica e ainda a promoção do acesso equitativo à educação de qualidade em todo o território nacional.

O PPA estabeleceu metas específicas de indicadores para o período de 2024 a 2027, incluindo a melhoria da nota do Ideb no Ensino Médio, a ampliação da proporção da população de 15 a 17 anos frequentando escola ou com ensino médio concluído, e a expansão da razão entre o número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio e o número de matrículas no ensino médio ou profissional. Em suma, as leis educacionais promulgadas ao longo das últimas décadas refletem um compromisso progressivo do Brasil com a construção de um sistema educacional inclusivo, equitativo e de qualidade para todos os cidadãos.

150

Para alcançar esse objetivo, o PPA estabelece metas específicas de indicadores para o período de 2024 a 2027:

- Melhorar a nota do Ideb no Ensino Médio de 4,2 (2021) para 5,2 (2027);
- A proporção da população de 15 a 17 anos, frequentando escola ou com ensino médio concluído, deverá crescer de 78,54% (2021) para 92,25% (2027);
- Expandir a razão entre o número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio e o número de matrículas no ensino médio ou profissional de 16,99% (2021) para 24,57% (2027).

O desafio futuro reside na efetivação dessas políticas e na garantia de que os direitos educacionais consagrados em lei sejam plenamente realizados em benefício de toda a sociedade brasileira.

Em síntese, as leis educacionais promulgadas ao longo das últimas décadas refletem um compromisso progressivo do Brasil com a construção de um sistema educacional inclusivo, equitativo e de qualidade para todos os cidadãos. O desafio futuro reside na efetivação dessas

políticas e na garantia de que os direitos educacionais consagrados em lei sejam plenamente realizados em benefício de toda a sociedade brasileira.

Quadro 1 – Evolução histórica dos Instrumentos jurídicos na educação básica que impactaram o ensino médio integral e técnico profissionalizante.

Marco Jurídico	Ano	Objeto da Lei
Constituição da República do Brasil	1988 (última modificação 2022)	Art. 208. O dever do Estado com a educação será cumprido garantindo: I- o ensino básico obrigatório e gratuito dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, inclusive a sua oferta gratuita para todas as pessoas que não tenham acesso a ele. na idade certa; II- universalização progressiva do ensino médio gratuito; III- atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV- educação infantil, em creche e pré-escola, para meninos e meninas até 5 (cinco) anos; V- acesso aos mais elevados níveis de ensino, pesquisa e criação artística, de acordo com a capacidade de cada pessoa; VI- oferta de ensino regular noturno, adequado às condições do aluno.
Lei 9.394. Diretrizes e Bases da Educação Nacional	1996 (última modificação 2019)	Regular a educação escolar, que se desenvolve predominantemente através do ensino em instituições próprias.
Portaria 331. Programa de Apoio à Implantação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC)	2018	Instituir o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – ProBNCC, visando apoiar a Unidade da Federação, por meio das Secretarias Estaduais e Distritais de Educação, e Secretarias Municipais de Educação, no processo de revisão ou elaboração e implementação de suas. planos de estudos alinhados à BNCC
Lei 11.892	2008	Criar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
Marco Jurídico	Ano	Objeto da Lei

Lei 14.113 Regulamento do FUNDEB	2007 (última modificação 2020)	Regulamentar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)
Lei 13.415 – Novo Ensino Médio	2017	Alterou a estrutura do ensino médio no Brasil, aumentando o tempo mínimo de estudo dos alunos para 1.000 horas anuais até 2022 e introduzindo uma nova organização curricular flexível, que inclui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e itinerários formativos.
RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021	2021	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Revoga: Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.
Lei 14.802/24 Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027	2024	Estabelecer o Plano Plurianual da União para o período 2024 a 2027 (PPA 2024-2027), em conformidade com o disposto na Constituição;

1.2 DESEMPENHO E CAPACIDADES TÉCNICAS DOS JOVENS BRASILEIROS NO CENÁRIO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PISA

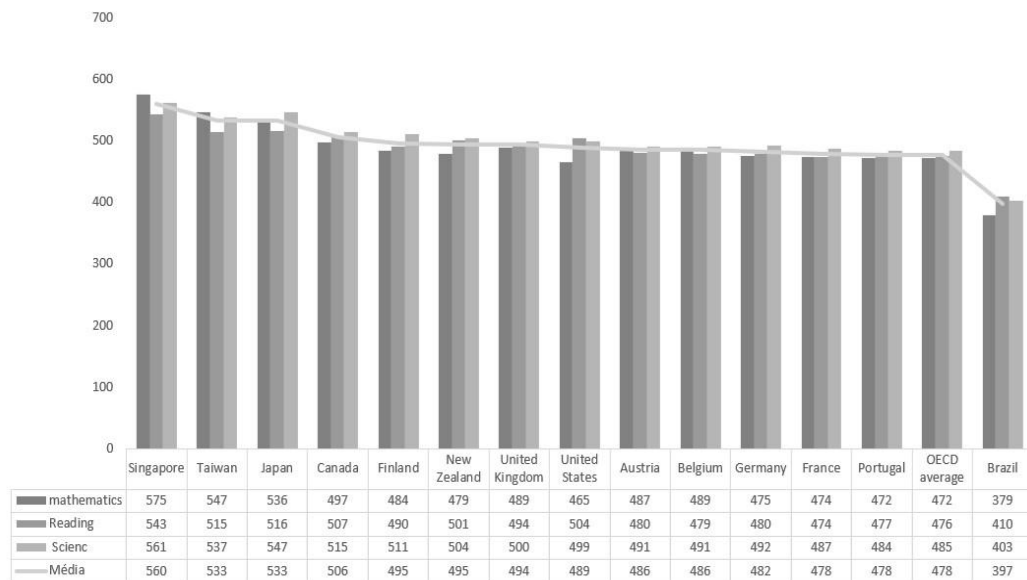
O Brasil tem demonstrado um interesse significativo em melhorar seu desempenho educacional, reconhecendo a importância fundamental da educação para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Investir na qualidade da educação é essencial para capacitar os cidadãos, promover a igualdade de oportunidades e impulsionar a inovação e o progresso em diversas áreas. No entanto, os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) indicam que o desempenho educacional do Brasil ainda não está evoluindo em um nível satisfatório, com pontuações consistentemente mais baixas do que muitos outros países participantes. Isso ressalta a urgência de implementar reformas educacionais abrangentes, incluindo investimentos em infraestrutura escolar, capacitação de professores, revisão de currículos e políticas que incentivem a participação dos alunos e melhorem a qualidade do ensino. O compromisso com a melhoria da educação é crucial para garantir um futuro próspero e competitivo para o Brasil e para promover o bem-estar de sua população.

O PISA é uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que visa avaliar o desempenho dos estudantes de 15 anos em diversos países do mundo. Essa faixa etária equivale, no contexto brasileiro, aos alunos nos primeiros anos do ensino médio, considerando a série correspondente, independentemente de fatores como repetência ou abandono ao longo da trajetória escolar. Essa avaliação nos permite intuir sobre a preparação dos estudantes brasileiros para enfrentar desafios cotidianos e, no futuro, ingressar no mercado de trabalho.

O PISA avalia três áreas principais: Matemática, Leitura e Ciências. Os participantes da pesquisa são selecionados por amostragem probabilística e representam uma amostra significativa da população estudantil de cada país participante. As avaliações do PISA são realizadas a cada três anos e fornecem *insights* valiosos sobre o sistema educacional de cada país, além de permitir comparações internacionais. Os dados mais recentes do PISA, referentes ao ano de 2022, é possível observar que Singapura obteve as melhores notas em todas as áreas avaliadas, com uma média geral de 560 pontos. Taiwan, Japão e Coreia do Sul também apresentaram resultados notáveis, com médias acima de 520 pontos. Comparando com o Brasil, é evidente uma disparidade significativa, já que o Brasil obteve pontuações substancialmente mais baixas em todas as áreas, com uma média geral de 397 pontos. Além disso, as médias dos países participantes da OCDE são consistentemente mais altas do que a média brasileira, destacando a diferença no desempenho educacional entre o Brasil e os países mais desenvolvidos. Esses dados ressaltam a importância de investimentos contínuos na melhoria da qualidade da educação no Brasil, buscando reduzir essa lacuna em relação aos países com melhor desempenho no PISA.

153

Figura 1.1: Nota dos países com médias acima da média geral da OCDE no PISA 2022.



Fonte:

OCDE

Figura 1.2: Mapa de distribuição dos países por média geral no PISA 2022.

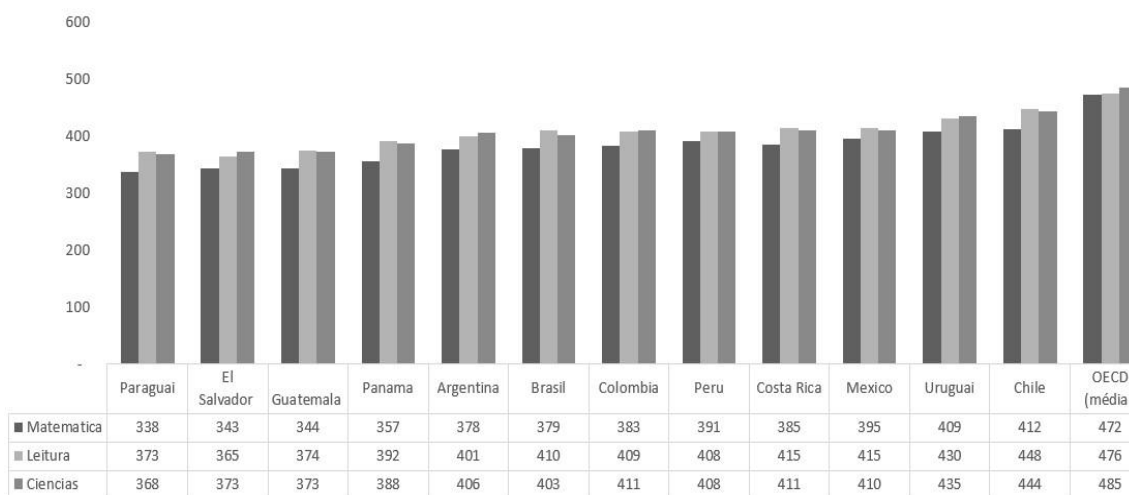


Fonte: OCDE

Em relação aos países vizinhos da América do Sul e América Central, a situação educacional do Brasil mostra algumas variações e semelhanças. Enquanto o Brasil tem uma posição intermediária em termos de desempenho acadêmico, com uma média de 379 pontos em Matemática, 410 em Leitura e 403 em Ciências, outros países da região demonstram resultados diversos. Entre os que apresentaram desempenho inferior ao Brasil estão países como Paraguai, El Salvador e Guatemala têm pontuações mais baixas em todas as três áreas avaliadas, com médias gerais abaixo de 370 pontos no PISA. Isso sugere desafios significativos no sistema

educacional desses países, que podem estar relacionados as questões de acesso, qualidade do ensino e recursos educacionais. Em contraste, países como Uruguai, Chile, Argentina e Peru têm desempenho relativamente melhor em comparação com o Brasil. Por exemplo, o Uruguai tem pontuações consistentemente mais altas em todas as três áreas, com uma média geral de 425 pontos, enquanto o Chile lidera a região com uma média de 434 pontos. Este último, apesar de se sobressair melhor em relação aos países da região, também ainda está abaixo da média dos países avaliados pela OCDE.

Figura 1.3: Notas dos países da América Latina no Pisa 2022

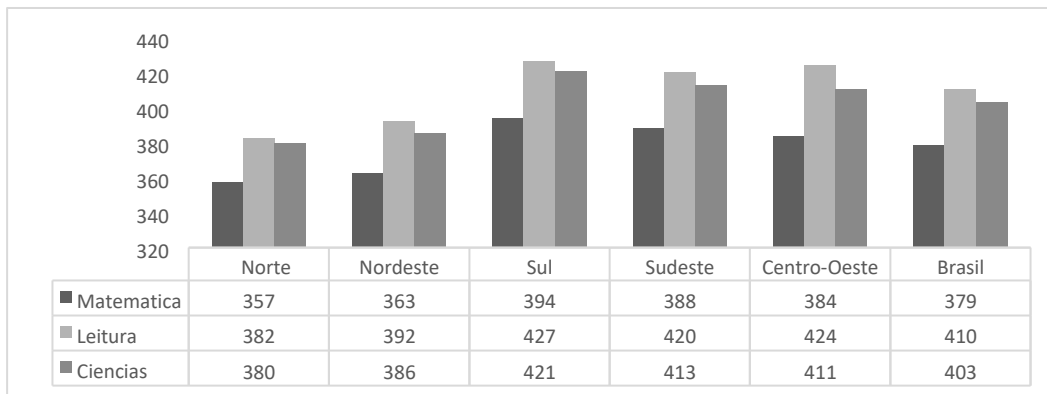


155

Fonte: OCDE

Observando as pontuações do PISA por região, podemos destacar que o desempenho varia significativamente em todo o país. O Sul e o Sudeste demonstram um desempenho mais forte, com pontuações notavelmente mais altas em todas as áreas avaliadas. O Sul lidera com uma média de 394 pontos em Matemática, 427 em Leitura e 421 em Ciências, enquanto o Sudeste segue de perto, com médias de 388, 420 e 413 pontos, respectivamente. O Nordeste, embora ainda abaixo das regiões Sul e Sudeste, também apresenta resultados relativamente sólidos, com médias de 363 pontos em Matemática, 392 em Leitura e 386 em Ciências. Esses números indicam uma tendência positiva e sugerem esforços para melhorar o desempenho educacional na região. As regiões Norte e Centro-Oeste, por sua vez, mostram um desempenho um pouco abaixo da média nacional em algumas áreas, com médias variando entre 357 e 384 pontos em Matemática, 382 e 424 em Leitura, e 380 e 411 em Ciências.

Figura 1.4: Notas do Brasil no Pisa 2022, por região geográfica.



Fonte: OCDE

Esses dados destacam a importância de políticas educacionais eficazes e investimentos contínuos no Brasil e em toda a região para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e que o potencial educacional seja plenamente realizado. Observando os dados, percebemos que o desempenho educacional varia entre as regiões do Brasil. Enquanto o Sul e o Sudeste tendem a ter pontuações mais altas, o Nordeste também apresenta resultados relativamente sólidos, embora abaixo das médias das regiões Sul e Sudeste. Por outro lado, as regiões Norte e Centro-Oeste mostram um desempenho um pouco abaixo da média nacional em algumas áreas. Essa diversidade de desempenho reflete desafios estruturais e socioeconômicos distintos enfrentados por cada região. O Nordeste, por exemplo, historicamente enfrenta questões como pobreza, acesso limitado à educação de qualidade e infraestrutura inadequada.

156

No entanto, é importante notar que, apesar das variações regionais, o Brasil como um todo ainda enfrenta desafios significativos em relação ao desempenho educacional quando comparado a outros países da região e às médias da OCDE. Esses desafios destacam a necessidade de políticas educacionais mais eficazes e investimentos contínuos em todas as regiões do país para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

1.4 EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA E FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL COMPARADO A OUTROS PAISES

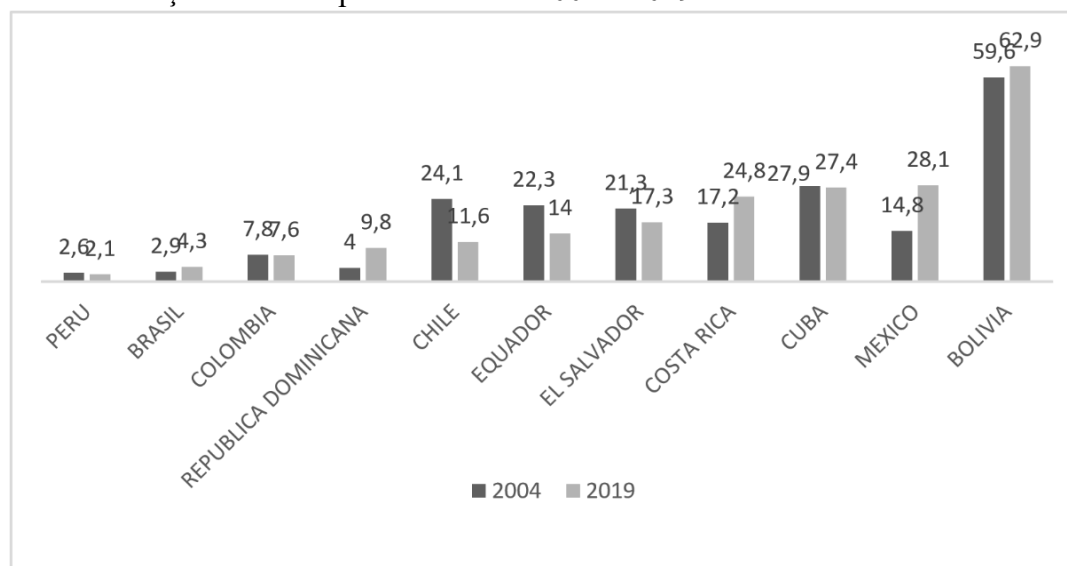
O Sistema de Informações de Tendências Educacionais na América Latina (SITEAL), uma iniciativa do IIEP UNESCO, visa promover um entendimento aprofundado dos sistemas educacionais na região. Por meio da análise das políticas educacionais adotadas pelos Estados,

das interações entre dinâmicas sociais e educacionais, e das tendências em nível nacional e regional, busca-se embasar a tomada de decisões com base em evidências. Este esforço é fundamental para garantir o acesso universal à educação. O SITEAL apresenta não apenas indicadores-chave sobre a cobertura da Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP) na América Latina e no Caribe, mas também destaca o arcabouço legal e os programas de incentivo em vigor.

A figura 1.5 exibe a evolução da proporção de estudantes da educação secundária matriculados em programas de formação técnica e profissional em vários países entre 2004 e 2019. Destacam-se aumentos significativos em países como Bolívia e México, onde a proporção de matrículas nesses programas cresceu de 59,6% para 62,9% e de 14,8% para 28,1%, respectivamente. Por outro lado, Chile e Equador experimentaram diminuições nesse indicador, caindo de 24,1% para 11,6% e de 22,3% para 14%, respectivamente. O Brasil registrou um aumento, passando de 2,9% em 2004 para 4,3% em 2019, possivelmente refletindo políticas governamentais direcionadas à expansão da educação técnica e profissionalizante. Esses dados sugerem uma tendência crescimento e valorização da educação técnica como meio de preparar os jovens para o mercado de trabalho e impulsionar o desenvolvimento econômico e social em toda a América Latina.

157

FIGURA 1.5: Evolução da proporção de estudantes da educação secundária matriculados em programas de formação técnica e profissional de 2004 e 2019.



Fonte: Unesco

1.5. EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO NO BRASIL

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é uma modalidade voltada para a formação dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconômico do país. Este tipo de educação abrange diferentes aspectos, desde a habilitação profissional técnica até a

especialização profissional técnica, proporcionando uma formação mais abrangente e direcionada para o mercado de trabalho. O Artigo 15 da Resolução CNE/CP Nº 1, de 2021 delinea claramente os três aspectos principais dessa modalidade: habilitação profissional técnica, qualificação profissional técnica e especialização profissional técnica.

A habilitação profissional técnica se relaciona diretamente com o curso técnico, desenvolvendo competências profissionais de nível tático e específico relacionadas às áreas tecnológicas identificadas nos respectivos eixos tecnológicos. Esses cursos técnicos são estruturados de acordo com os princípios educativos e as demandas do mercado de trabalho, visando preparar os estudantes para atuarem de forma competente em suas áreas de atuação.

Já a qualificação profissional técnica é uma etapa com terminalidade de curso técnico, oferecendo oportunidades de formação para aqueles que desejam adquirir conhecimentos específicos em determinada área profissional. Esse tipo de qualificação é articulado com o itinerário da formação técnica e profissional do Ensino Médio, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

A especialização profissional técnica, por sua vez, é voltada para a formação continuada dos profissionais, possibilitando o aprofundamento de conhecimentos e habilidades específicas em suas áreas de atuação. Esses cursos de especialização são oferecidos por instituições de ensino devidamente credenciadas e vinculadas a cursos técnicos correspondentes autorizados.

158

A Resolução CNE/CP Nº 1 define ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, estabelecendo princípios norteadores e direcionamentos fundamentais para essa modalidade educacional. Segundo a resolução, as diretrizes curriculares têm como objetivo orientar os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas na organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional e Tecnológica, tanto presencial quanto a distância. Essa modalidade educacional é concebida como integrada às demais modalidades de educação, bem como às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, sendo organizada por eixos tecnológicos e em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento.

Os princípios norteadores dessa educação incluem a articulação com o setor produtivo, o respeito ao pluralismo de ideias, a centralidade do trabalho como princípio educativo, o estímulo à pesquisa, a interdisciplinaridade, a contextualização, a flexibilização, a inclusão de pessoas com deficiência e em situação de privação de liberdade, o reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, a autonomia das instituições educacionais na elaboração de seus projetos pedagógicos, o fortalecimento da colaboração entre os ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, e a promoção da inovação em todas as suas vertentes. Essas

diretrizes visam garantir uma formação profissional de qualidade, atualizada, diversificada e alinhada às demandas do mercado de trabalho e da sociedade contemporânea.

A organização dos cursos técnicos e profissionais no Brasil inclui uma variedade de modalidades, estruturadas para atender às diferentes características e necessidades dos estudantes. Essas modalidades buscam proporcionar oportunidades de formação alinhadas ao contexto local e às demandas do mercado de trabalho. A seguir, detalham-se as principais modalidades, incluindo a formação técnica e outras formas de organização do ensino profissionalizante:

i) Modalidade subsequente: Destinada a estudantes que já concluíram o Ensino Médio, essa modalidade oferece formação técnica específica, permitindo a inserção no mercado de trabalho com qualificação adicional. Os cursos têm duração média de 1 a 2 anos e são ofertados por instituições públicas e privadas.

ii) Modalidade integrada (nível médio): Voltada a jovens que ingressam no Ensino Médio, essa modalidade combina, em um único curso, a formação geral do Ensino Médio com uma habilitação técnica profissional. Realizada em matrícula única, tem duração aproximada de 3 anos.

iii) Modalidade concomitante (nível médio): Essa modalidade permite que estudantes que estão cursando o Ensino Médio realizem simultaneamente uma formação técnica em outra instituição ou unidade de ensino. As matrículas são feitas separadamente, garantindo flexibilidade para o estudante organizar seus horários.

iv) Modalidade FIC (Formação Inicial e Continuada): Com cursos de curta duração, essa modalidade é destinada à qualificação inicial ou requalificação de trabalhadores. É aberta a jovens e adultos que buscam aprimorar ou adquirir habilidades específicas para inserção ou avanço no mercado de trabalho.

v) Modalidade EJA (nível médio): Direcionada a jovens e adultos que não completaram o Ensino Médio na idade regular, esta modalidade visa à conclusão dessa etapa de ensino, podendo incluir conteúdos técnicos profissionais. Geralmente, é oferecida em horários flexíveis para atender ao público-alvo.

vi) Modalidade Normal/Magistério (nível médio): Essa modalidade é destinada à formação de professores para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ela combina formação geral e pedagógica, habilitando o estudante para a docência em um curso integrado ao Ensino Médio ou em formato subsequente.

Quadro 2: Modalidades de Ensino Profissional e suas principais características

Modalidade	Descrição	Público-alvo	Características Principais
------------	-----------	--------------	----------------------------

Subsequente	Cursos técnicos realizados após a conclusão do ensino médio.	Estudantes que já concluíram o ensino médio.	Foco na formação técnica específica para o mercado de trabalho; duração média de 1 a 2 anos; geralmente oferecidos por instituições públicas e privadas de educação profissional.
Integrada (Nível Médio)	Formação que combina o ensino médio regular com a formação técnica profissional, em um único curso.	Jovens ingressando no ensino médio e que desejam obter qualificação técnica simultaneamente.	Ensino unificado, proporcionando formação geral e técnica; duração média de 3 anos; atrai estudantes que buscam qualificação técnica alinhada ao ensino médio tradicional.
Concomitante (Nível Médio)	Cursos técnicos realizados paralelamente ao ensino médio, mas em instituições diferentes.	Estudantes matriculados no ensino médio regular em uma escola e em um curso técnico em outra instituição.	Possibilita a realização simultânea do ensino médio e da formação técnica; exige organização do estudante para conciliar horários; foco na complementaridade entre formação acadêmica e profissional.
FIC (Formação Inicial e Continuada)	Cursos de curta duração voltados à qualificação profissional inicial ou à requalificação de trabalhadores.	Jovens e adultos que desejam adquirir ou aprimorar habilidades específicas para o mercado de trabalho.	Duração variável (geralmente de semanas a meses); flexibilidade no formato (presencial ou remoto); abrange diversos setores do mercado; atrativo para trabalhadores que buscam requalificação ou inserção rápida no mercado.
EJA (Nível Médio)	Educação voltada para jovens e adultos que não concluíram o ensino médio na idade regular, com possibilidade de integrar conteúdos técnicos profissionais.	Jovens e adultos fora da idade escolar regular que desejam completar o ensino médio.	Geralmente oferecida em horários flexíveis para atender às necessidades de trabalhadores e pais de família; promove a inclusão social e educacional; apresenta desafios de retenção devido ao perfil diversificado dos estudantes.
Modalidade	Descrição	Público-alvo	Características Principais

Ensino Médio - Modalidade Normal/Magistério	Formação para professores destinada à docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.	Estudantes que desejam atuar como professores em turmas de Educação Infantil e ensino fundamental.	Integra formação pedagógica e ensino médio regular; pode ser oferecida como curso técnico integrado ou subsequente; habilita para o exercício do magistério, especialmente em regiões com maior demanda por professores.
---	--	---	---

De acordo com a Resolução CNE/CP Nº 1 a estruturação dos cursos técnicos deve considerar uma série de aspectos, tais como a base tecnológica, os elementos das áreas tecnológicas identificadas nos eixos tecnológicos, a atualização permanente da organização curricular, a pertinência e coerência dos conteúdos, o diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência e da tecnologia, entre outros. Esses elementos garantem uma formação completa e atualizada, capaz de preparar os estudantes para os desafios do mundo contemporâneo. Além disso, o planejamento curricular dos cursos técnicos deve ser fundamentado no compromisso ético das instituições de ensino em relação à identidade do perfil profissional de conclusão do curso, considerando os conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções necessários para o pleno exercício da profissão. Esse planejamento deve ser elaborado de forma participativa, envolvendo a comunidade escolar e os parceiros externos, e deve ser submetido à aprovação dos órgãos competentes do sistema de ensino.

161

Por fim, a carga horária mínima dos cursos técnicos é estabelecida de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e as especificidades de cada habilitação profissional técnica, garantindo uma formação adequada e alinhadas com as demandas do mercado de trabalho. A oferta de cursos técnicos deve estar alinhada com as necessidades da sociedade e do mundo do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país e para a formação de profissionais competentes e qualificados.

1.6 BREVE PANORAMA DOS IMPACTOS DO ENSINO TÉCNICO INTEGRAL NO BRASIL

O estudo realizado por Fernando Vizotto Galvão (2023) investiga o impacto do Programa Ensino Integral (PEI) na rede estadual de ensino de São Paulo, especificamente no desempenho dos alunos nos testes de português e matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Os dados foram obtidos a partir do Censo Escolar de 2013 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Sistema de Avaliação da

Educação Básica (Saeb) para os anos de 2013, 2015 e 2017. Essas bases permitiram uma análise abrangente do impacto do PEI ao longo do tempo. O estudo se concentra em comparar o desempenho médio das escolas que aderiram ao PEI com aquelas que não o fizeram, utilizando técnicas de Pareamento por Escore de Propensão (PSM) e o estimador de Diferenças em Diferenças.

A análise considera dados antes e depois do ingresso no programa, especialmente nos anos de 2015 e 2017, para identificar tendências ao longo do tempo. As variáveis analisadas incluem o desempenho dos alunos nos testes de matemática e português do Saeb, bem como características das escolas, como média de alunos por turma, taxa de distorção idade/série, presença de recursos como laboratórios e bibliotecas, entre outros. Foram utilizadas técnicas estatísticas como Pareamento por Escore de Propensão (PSM) e estimador de Diferenças em Diferenças para avaliar o impacto do PEI. A análise comparou dados de escolas participantes e não participantes do programa, controlando por variáveis relevantes. Os resultados indicaram efeitos positivos do PEI sobre o desempenho dos alunos nos testes de matemática e português do Saeb. Além disso, observou-se que os impactos aumentam com o tempo de participação das escolas no programa, destacando a importância do PEI na melhoria do desempenho dos alunos ao longo do tempo. Este estudo contribui para a compreensão do impacto do Programa Ensino Integral na educação pública, fornecendo evidências importantes para orientar políticas educacionais e práticas escolares.

162

O artigo, publicado por Araújo e Pinto (2018), investiga a relevância da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de nível médio no Brasil, examinando seu impacto no desempenho acadêmico dos alunos e na inserção produtiva no mercado de trabalho. Destaca-se a evolução das Diretrizes Curriculares Nacionais e a integração entre o ensino médio e a educação profissionalizante, enquanto também aborda os desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro. Os autores utilizaram microdados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A análise central do artigo foca na relação entre a participação dos alunos em programas de EPT, seu desempenho acadêmico (avaliado por meio do Enem) e sua inserção produtiva. Utilizando técnicas de pareamento com escore de propensão, o estudo compara os resultados entre alunos que realizam EPT e aqueles do ensino regular, destacando diferenças significativas nos resultados acadêmicos e na inserção no mercado de trabalho.

As variáveis analisadas incluem o desempenho dos alunos nas disciplinas do Enem (Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos, Matemática e Redação), bem como variáveis relacionadas à inserção produtiva, como a probabilidade de estar trabalhando atualmente e a probabilidade de estar trabalhando em uma atividade para a qual se preparou.

Variáveis de controle, como o nível socioeconômico, a origem do aluno e a dependência administrativa da escola, também foram consideradas. A metodologia envolveu a aplicação de técnicas de pareamento com escore de propensão para estimar os efeitos da participação na EPT sobre os alunos que cursaram esse tipo de ensino. A análise foi condicionada a um vetor de variáveis observadas que controlam fatores observáveis que influenciaram os alunos a escolher a EPT. A exogeneidade do tratamento em relação às variáveis de resultado foi cuidadosamente considerada para evitar vieses decorrentes da seleção dos alunos. Os resultados indicaram que os alunos que cursaram EPT apresentaram um diferencial positivo em relação aos alunos do ensino regular em termos de desempenho acadêmico e inserção no mercado de trabalho. A EPT foi associada a uma maior probabilidade de transição escola-trabalho, destacando seu potencial impacto na formação de habilidades e na inserção profissional dos alunos. A análise também ressaltou a importância de considerar o viés de seleção na interpretação dos resultados.

No estudo conduzido por Júnior, Mariano e França (2019), a política de ensino integral profissionalizantes teve em impacto no ingresso de alunos da rede pública no ensino superior. Os pesquisadores utilizaram como base de dados os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2019 para o estado do Ceará, bem como as notas de corte do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) de 2020, tanto para ampla concorrência quanto para cotas de escolas públicas dos cursos superiores da Universidade Federal do Ceará (UFC). A análise central do estudo concentrou-se na relação entre o tipo de escola frequentada durante o ensino médio (como escolas profissionalizantes, integrais e privadas) e o ingresso no ensino superior público, considerando a política de cotas para escolas públicas. Além disso, o estudo buscou avaliar o efeito heterogêneo por faixas de renda, empregando o método de pareamento por escore de propensão associado ao balanceamento por entropia para estimar o efeito da educação profissionalizante.

Buscando compreender a relação entre a escolha da escola no ensino médio e o ingresso no ensino superior público, considerando a política de cotas para escolas públicas e as faixas de renda, foram utilizadas variáveis que incluíram tipo de escola no ensino médio (EEEP ou privada), bem como covariáveis como sexo, cor/raça, estado civil e média das notas do ENEM. A metodologia adotada envolveu análise estatística empregando o método de pareamento por escore de propensão associado ao balanceamento por entropia para estimar o efeito do tratamento da educação profissionalizante. Os resultados do estudo indicaram que os alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) apresentaram maiores probabilidades de ingressar no ensino superior em comparação com alunos das escolas integrais. Ao comparar alunos das EEEP com alunos de escolas privadas, verificou-se que a probabilidade de ingresso no ensino superior era menor para os estudantes das EEEP, mesmo levando em consideração

a política de cotas. Além disso, os resultados dos alunos cotistas de escolas públicas, cotistas de vagas para negros e aqueles da ampla concorrência apresentaram desempenhos semelhantes, com os ingressantes por cota exibindo índices de rendimento acadêmico comparáveis aos estudantes da ampla concorrência. Esses resultados ressaltam a importância da escolha da escola no ensino médio e da política de cotas para o acesso ao ensino superior, bem como a influência da renda familiar nesse processo.

No que diz respeito a transição dos alunos de ensino profissionalizantes no mercado de trabalho, o estudo de Mariano e Arraes (2018) oferece uma análise detalhada sobre a trajetória longitudinal dos alunos de escolas profissionalizantes do Ceará para o mercado de trabalho. Utilizando uma variedade de bases de dados, incluindo a Lista dos Concludentes no Ensino Médio em 2011, SPAECE 2011, Censo Escolar 2011 e RAIS 2014, a pesquisa investiga o impacto do ensino profissionalizante na empregabilidade e nos salários dos jovens. A análise se concentra em variáveis como sexo, raça, idade, escola de conclusão, curso de profissionalização e desempenho acadêmico, visando fornecer novas evidências sobre a influência desses fatores na inserção no mercado de trabalho e nos rendimentos dos alunos.

As dimensões das variáveis consideradas no estudo abrangem aspectos demográficos, socioeconômicos, educacionais, de profissionalização, mercado de trabalho e inserção laboral. A metodologia adotada no estudo envolveu a construção de uma amostra com informações longitudinais a partir da combinação de diversas bases de dados. Foram aplicados procedimentos de correção da seletividade amostral e balanceamento por entropia para garantir a confiabilidade dos dados. A análise dos dados foi realizada por meio de equações de rendimentos ponderadas e corrigidas pela razão inversa de Mills. Os resultados sugerem que, no contexto estudado, o ensino profissionalizante e a escolha dos cursos não tiveram um impacto significativo nos rendimentos dos alunos no mercado de trabalho.

Em contraste, o estudo de Bemerguy e Tannuri (2019), que também buscou identificar o impacto do ensino profissionalizante na empregabilidade e nos salários dos trabalhadores utilizando dados da PNAD 2014 do IBGE. A pesquisa emprega métodos de regressão quantílica e regressão logística para analisar os efeitos dos cursos profissionalizantes nas variáveis de interesse, como renda e empregabilidade. Os principais resultados demonstraram um impacto positivo na empregabilidade dos trabalhadores que concluíram cursos profissionalizantes, independentemente do tipo de curso. No entanto, os efeitos sobre os salários variam de acordo com o tipo de curso realizado, sendo mais significativos para os cursos de graduação tecnológica em rendas mais altas, enquanto os cursos de qualificação profissional têm efeitos menos expressivos em determinados estratos de renda.

Nesta mesma abordagem, o estudo de Severnini e Orellano (2010), adiciona uma perspectiva histórica sobre o impacto do ensino profissionalizante na inserção no mercado de trabalho e na renda dos egressos até meados da década de 1990 no Brasil. A utilização dos dados da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV) de 1996 do IBGE fornece uma visão abrangente desse período específico, permitindo uma comparação entre os resultados dos egressos de cursos profissionalizantes de diferentes níveis e aqueles que não participaram desses cursos. A pesquisa diferencia os egressos de escolas profissionalizantes daqueles que participaram de cursos no ambiente de trabalho, analisando o impacto em termos de probabilidade de inserção no mercado de trabalho e renda, utilizando modelos estatísticos como o multinomial logístico e regressão linear.

As variáveis analisadas incluem a participação no ensino profissionalizante, a probabilidade de inserção no mercado de trabalho, a renda esperada e outras características individuais dos egressos, como idade, gênero e localização geográfica. A metodologia utilizada envolveu a análise dos microdados da PPV de 1996 do IBGE, a aplicação de modelos estatísticos como o multinomial logístico e regressão linear e o controle de variáveis para garantir a robustez dos resultados. Os principais resultados destacaram que os cursos profissionalizantes tiveram efeitos significativos na inserção no mercado de trabalho e na renda dos egressos, com resultados diferenciados dependendo do nível e do tipo de curso realizado. Egressos de cursos profissionalizantes de diferentes níveis apresentaram variações na probabilidade de inserção no mercado de trabalho e na renda esperada, evidenciando a importância desses programas de qualificação profissional na formação e inserção dos indivíduos no mercado de trabalho durante esse período histórico específico.

165

Quadro 3 – Estudos de Avaliação de Impacto do Ensino Técnico-Integral no Brasil

Artigo	Dados	Análise	Variáveis	Procedimentos	Resultados
O Efeito do Ensino Profissionalizante sobre a Probabilidade de Inserção no Mercado de Trabalho e sobre a Renda Período: Eixos I – PLANFOR Autores: Savoia; Estanislau; Souza – Roberto;	Pesquisa sobre Padrões de Vida – PPV de 1996	Impacto do ensino profissionalizante na probabilidade de inserção e de rendimento no mercado dos egressos de meados da década de 1990 no Brasil.	Cursos profissionalizantes de nível básico, técnico ou tecnológico. Características individuais: dos egressos, cor/raça, idade, gênero, localização geográfica.	Modelos: Multinomial Logístico Regressão linear	Egressos de curso EP de nível básico têm menor probabilidade de inserção e rendimento no mercado em comparação com aqueles que não fizeram curso técnico neste nível. Egressos de curso técnico apresentaram

Oliveira – Verônica Inês; Fernandez (2010)					melhores resultados.
Impacto do ensino profissionalizante na empregabilidade e nos salários dos trabalhadores: uma abordagem quantitativa e robusta Autores: Bernardes; Daniel Abib; Tannuri, Maria Eduarda; Bispo, Elísio (2019)	PNAD 2014 – IBGE	Investigar o impacto dos cursos de ensino profissionalizante na empregabilidade e nos salários dos trabalhadores.	Variáveis dependentes: - Renda mensal do trabalho principal do indivíduo - Probabilidade de estar empregado Variáveis independentes: - Conclusão de cursos de qualificação profissional - Conclusão de cursos de ensino médio e técnico - Conclusão técnica intensiva - Horas trabalhadas semanalmente Outras características pessoais (idade, gênero, escolaridade etc.)	Regressão Quantile Regressão Logística	Concluir um curso profissionalizante aumenta a probabilidade de emprego e dos rendimentos. Efeitos sobre salário são impactados pelas variáveis dependentes do grau de profissionalização e categoria do curso.
Trajetória Longitudinal dos Alunos de Escolas Profissionalizantes do Ceará para o Mercado de Trabalho Autores: Mariano, Francisco; Ziliani; Arraes, Ronaldo A. (2018)	Lista dos concluintes no ensino médio em 2011 (SPAECE 2011); Censo escolar 2011; RAIS 2014	Investigar o efeito do ensino profissionalizante na escolha dos cursos dos estudantes e os tipos de ocupações dos jovens.	Perfil demográfico, socioeconômico, escolares e educacionais: sexo, idade, raça, zona de residência, bolsa família, escolaridade dos pais, tipo de ensino médio utilizado. Desempenho nas proficiências	Análise descritiva dos dados, aplicações de procedimentos de inferência estatística. Letalidade amostral. Abordagem: Heckman (1979)	O efeito do ensino profissionalizante, independentemente do curso escolhido, não se mostrou significativo sobre os rendimentos no mercado de trabalho em 2014. A desagregação mostrou que os tipos de curso

			de português e matemática. Mercado de trabalho e renda.		influenciam nos rendimentos conforme área.
A Política de Cotas afeta o efeito do tipo de escola no ensino médio sobre a entrada na Universidade? Evidência por Cursos e por Faixas de Renda Autores: Junior, F.; Mariano – França (2022)	ENEM 2019; Notas do Sistema de Seleção Unificada 2020 (SiSU); Universidade Federal do Ceará (UFC)	Ingresso no ensino superior público, considerando cotas.	Tratamento: tipo ensino médio (se aluno de EEEP no ensino médio), tipo de escola (pública ou privada no ensino médio), nota no ENEM. Controles: sexo, idade, renda. Média ENEM: média aritmética dos cinco componentes do Exame do ENEM.	Pareamento por escore de propensão Balanceamento por estrato para tratar o efeito do tratamento	Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) têm maiores probabilidades de acesso ao ensino superior. Comparação entre tipos de escolas públicas diminui para faixas menores de renda.

1.7 A EVOLUÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL

Nesta seção, busca-se analisar a evolução das matrículas na educação profissional no Brasil, destacando os avanços e as tendências observadas nos últimos anos. Por meio da apresentação de dados quantitativos, será possível identificar como as políticas públicas e as demandas do mercado de trabalho têm impactado o crescimento das diferentes modalidades de ensino profissionalizante. Essa análise será complementada por uma desagregação dos dados em diferentes dimensões administrativas, como regiões, estados e municípios, para revelar particularidades geográficas e sociais do desenvolvimento da educação técnica no país.

Para isso, inicia-se com uma visão geral que sintetiza a distribuição das matrículas entre as principais categorias de formação técnica e profissional. Em seguida, explora-se o comportamento dessas modalidades ao longo do período analisado, identificando fatores que impulsionaram o aumento expressivo de matrículas em algumas categorias e os desafios enfrentados em outras. Essa abordagem permite não apenas compreender o impacto das políticas públicas na expansão da educação profissional, mas também destacar lacunas e oportunidades para o aprimoramento do setor.

O quadro 4, a seguir, apresenta um detalhamento das notas técnicas que orientam a interpretação dos dados sobre as matrículas e oferta de cursos técnicos no Brasil. Essas notas esclarecem aspectos metodológicos e conceituais essenciais para a compreensão precisa dos números apresentados, considerando a complexidade da estrutura educacional e as diferentes formas de matrícula. Entre as informações destacadas, encontram-se as especificações sobre a possibilidade de um mesmo aluno estar matriculado em múltiplos cursos, o que pode resultar em um número de matrículas superior ao de estudantes. Além disso, são excluídos da análise cursos relacionados a atividades complementares e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). A classificação das modalidades de educação profissional também é abordada, incluindo as formas integradas, concomitantes, subsequentes e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada ao Ensino Médio. Vale ressaltar que, embora o Ensino Médio Normal/Magistério não conste no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), ele é computado nas estatísticas oficiais, pois habilita profissionais para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Quadro 4 – Descrição de notas técnicas dos dados analisados na seção

Nota Técnica	Descrição
Matrículas e Multimatrículas	O número de matrículas apresentado pode incluir registros de um mesmo aluno matriculado em múltiplos cursos técnicos, resultando em um número superior ao de estudantes individuais.
Exclusões de Atividades Complementares	Os dados excluem matrículas em turmas voltadas para atividades complementares e para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), concentrando-se exclusivamente nos cursos técnicos formais de nível médio.
Abrangência da Educação Profissional Técnica de Nível Médio	A análise considera as matrículas nos cursos técnicos de nível médio nas seguintes modalidades: Integrada, Concomitante, Subsequente e EJA Integrada ao Ensino Médio.
Dimensões Geográficas	Os dados estão desagregados em diferentes níveis geográficos: Brasil, Unidades da Federação (UF), regiões geográficas, permitindo uma análise detalhada da distribuição da educação profissional no país.
Ensino Médio - Normal/Magistério	Embora não conste no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), a modalidade de Ensino Médio Normal/Magistério é considerada um curso técnico nas estatísticas oficiais, pois habilita profissionais para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.
Oferta de Cursos Técnicos em Diferentes Etapas de Ensino	O mesmo curso técnico pode ser ofertado em mais de uma etapa de ensino, refletindo a flexibilidade da oferta educacional.

Fonte: Inep/Censo Escolar

Com base nessas notas técnicas, a análise apresentada busca fornecer um panorama detalhado da evolução da educação profissional no Brasil, destacando tanto os avanços quanto as barreiras existentes. A inclusão de dados desagregados por modalidades de ensino, regiões e níveis administrativos possibilita compreender as nuances da expansão dessa modalidade educacional, revelando disparidades regionais, tendências de crescimento e a diversidade de estratégias adotadas pelos sistemas educacionais para atender às demandas de qualificação profissional.

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO POR MODALIDADE DE ENSINO E ESFERA ADMINISTRATIVA

O ensino médio no Brasil é a etapa final da educação básica, sendo oferecido em diversas modalidades para atender às necessidades de diferentes perfis de estudantes. Os dados da Tabela X, que apresenta as matrículas no ensino médio em 2023 por modalidade e dependência administrativa, permitem uma análise sobre a distribuição e o alcance das políticas educacionais de nível médio no país.

A rede estadual concentra a maior parte das matrículas, somando 6.415.026, o que corresponde a 83,5% do total, evidenciando seu papel central na oferta dessa etapa de ensino. O ensino propedêutico, modalidade tradicional voltada para a formação geral, predomina com 6.853.156 matrículas, sendo a rede estadual responsável por 85,6% desse total. As redes privada e federal também contribuem, mas em proporções menores, com 935.964 e 20.918 matrículas, respectivamente. A rede municipal apresenta um número ainda mais reduzido, com 25.399 matrículas, refletindo seu papel marginal na oferta de ensino médio.

A educação profissional, que inclui cursos técnicos integrados e concomitantes, registrou 2.413.825 matrículas, indicando um avanço na diversificação curricular. Nesse contexto, a rede federal assume protagonismo na modalidade integrada, com 215.193 matrículas, demonstrando sua contribuição significativa para a formação técnica de qualidade. Já na educação profissional concomitante, a rede privada lidera com 1.071.844 matrículas, o que destaca a relevância do setor privado na oferta de cursos voltados ao mercado de trabalho. A rede estadual também desempenha um papel importante, com 921.248 matrículas nessa modalidade.

A modalidade de ensino em tempo integral contabilizou 1.508.933 matrículas, refletindo iniciativas recentes para ampliar essa oferta e melhorar a qualidade da educação básica. A rede estadual novamente lidera, com 1.288.967 matrículas, enquanto as redes privada e federal

contribuem com 107.969 e 108.780 matrículas, respectivamente. Esse dado reforça o protagonismo dos estados na implementação de políticas de educação integral.

No que diz respeito à educação de jovens e adultos (EJA), a rede estadual permanece em destaque, com 859.041 matrículas, mostrando seu compromisso com a inclusão educacional de populações que não tiveram acesso à educação básica na idade regular. A rede privada, com 125.586 matrículas, tem uma participação menor, enquanto as redes federal e municipal registram 8.548 e 20.836 matrículas, respectivamente.

TABELA X: Número de Matrículas no Ensino médio por modalidade de Ensino e Dependência Administrativa 2023

Categoria	Propedêutico	Normal / Magistéri o	Curso Técnico Integrado à Educação Profissiona l	Educação Profissiona l	Tempo Integral	Educaçã o de Jovens e Adultos (EJA)	Ensino Médio Total
Estadual	5.870.875	34.537 2.342	509.614	921.248	1.288.96 7	859.041	6.415.02 6
Privada	935.964		48.041	1.071.844	107.969	125.586	986.347
Federal	20.918	36	215.193	331.037	108.780	8.548	236.147
Municipa l	25.399	4.543	9.281	89.696	3.217	20.836	39.223
Total	6.853.156	41.458	782.129	2.413.825	1.508.93 3	1.014.011	7.676.74 3

170

Fonte: Inep/Censo Escolar

EVOLUÇÃO DAS ESCOLAS E OFERTA DE MATRÍCULAS E NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO

O gráfico fornecido ilustra a evolução do número de matrículas no ensino médio no Brasil entre 2014 e 2023, segmentado por esfera administrativa: estadual, federal, municipal e privada. A análise revela tendências distintas em cada esfera, evidenciando o impacto das políticas educacionais e mudanças no perfil da oferta ao longo do tempo.

A rede estadual mantém a maior participação em termos absolutos, embora tenha registrado uma oscilação ao longo dos anos. O número de matrículas na rede estadual iniciou o período com 6.462.404 em 2014, apresentando uma queda gradual até 2021 (6.083.607), com uma leve recuperação nos anos subsequentes, atingindo 6.415.026 em 2023. Esse comportamento reflete, em parte, o declínio na população em idade escolar e a expansão de outras modalidades de ensino, como a educação profissional.

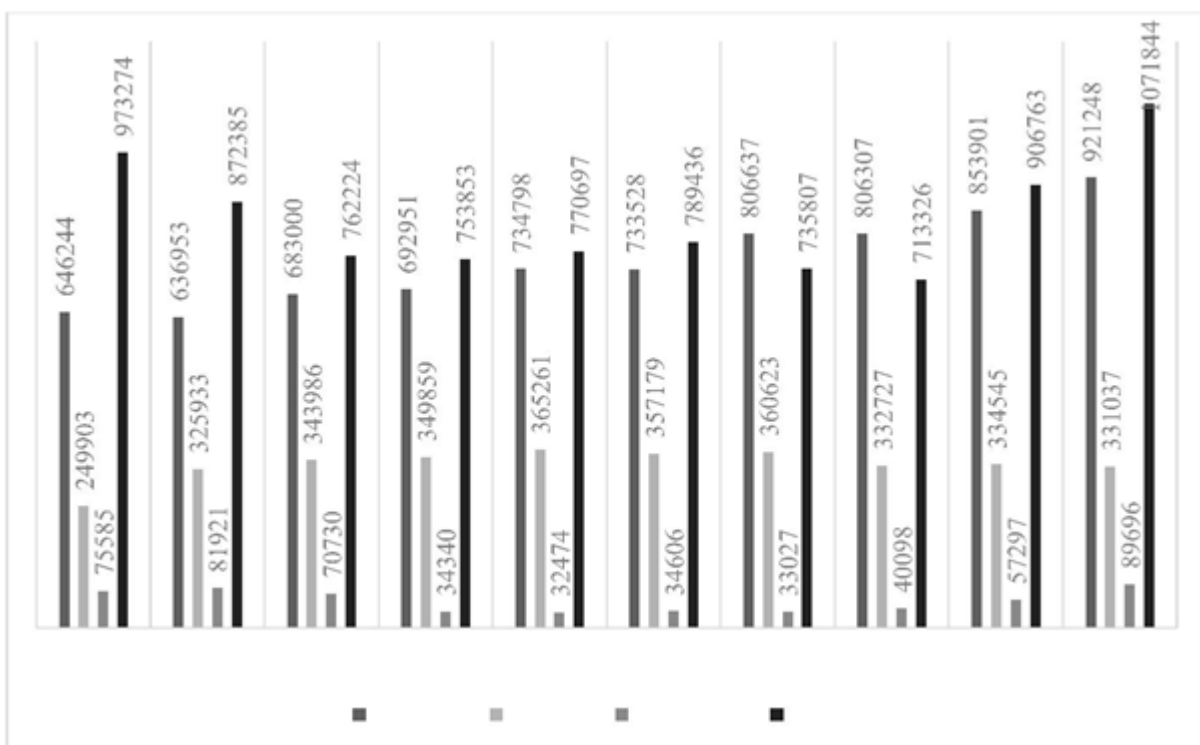
Na rede privada, o número de matrículas apresenta maior estabilidade, partindo de 973.274 em 2014, com um leve declínio nos anos seguintes, atingindo 966.753 em 2022, mas voltando a crescer em 2023, com 1.071.844. Esse aumento recente pode ser explicado pela ampliação da oferta de cursos técnicos integrados e pela crescente atratividade das escolas privadas em oferecer opções diferenciadas de ensino.

A rede federal, embora tenha um papel menos expressivo em números absolutos, demonstra um crescimento consistente ao longo do período. As matrículas subiram de 75.585 em 2014 para 331.037 em 2023, evidenciando a priorização de investimentos em instituições federais e a expansão de cursos técnicos integrados à educação profissional, modalidade em que a rede federal se destaca.

Já a rede municipal apresenta um volume reduzido de matrículas em comparação com as demais esferas, refletindo seu papel secundário na oferta de ensino médio. As matrículas variaram de 24.993 em 2014 para 89.596 em 2023, com uma tendência de crescimento recente, o que pode estar associado a iniciativas locais de ampliação da educação de jovens e adultos (EJA) e outras modalidades específicas.

FIGURA 1.6: Evolução das matrículas no ensino profissionalizante no Brasil de 2014 -2023, por esfera administrativa

171



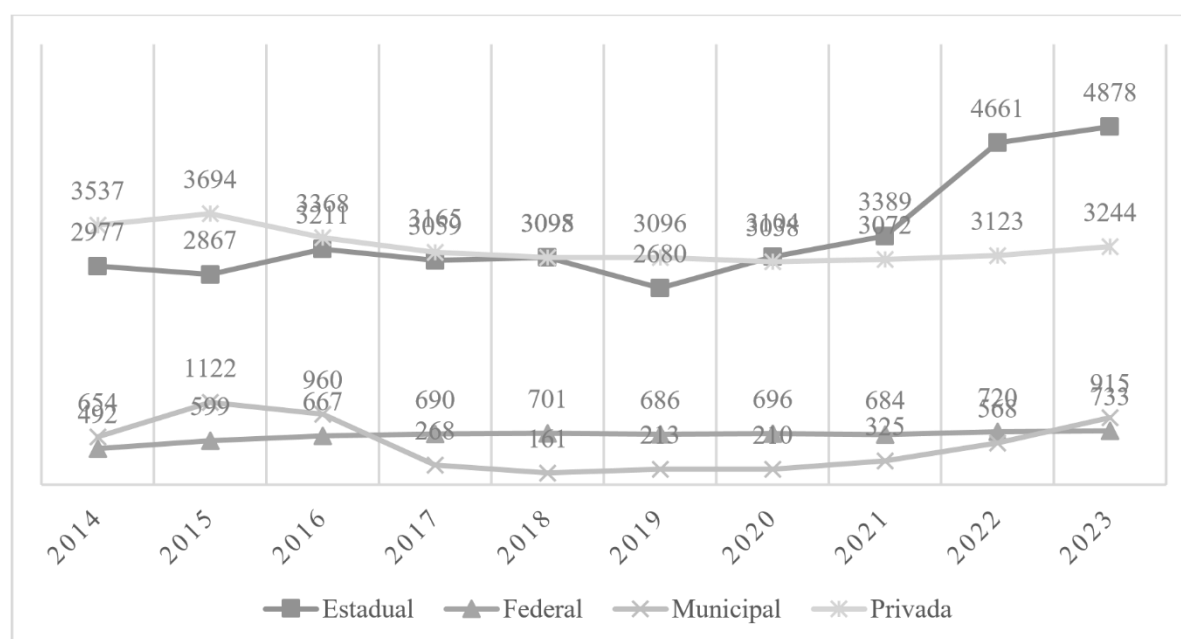
Fonte: Inep/Censo Escolar

A Figura 1.5, a seguir, apresenta a evolução do número de escolas profissionalizantes, distribuídas pelas esferas estadual, federal, municipal e privada, no período de 2014 a 2023. A

rede estadual apresenta um crescimento significativo no número de escolas, partindo de 2.977 unidades em 2014 para 4.878 em 2023. Após uma leve oscilação entre 2015 e 2019, a expansão torna-se mais acentuada nos últimos anos, especialmente em 2022 e 2023, com acréscimos que podem estar associados ao aumento de investimentos estaduais na formação técnica e profissionalizante, possivelmente como resposta à crescente demanda por qualificação no mercado de trabalho. A rede federal, tradicionalmente associada à educação técnica e profissionalizante, também demonstra crescimento, embora de forma mais moderada. O número de escolas subiu de 492 em 2014 para 733 em 2023. Esse aumento é consistente com os esforços do governo federal em expandir o acesso à educação técnica de qualidade, especialmente por meio da rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A rede municipal, apesar de ter uma representatividade menor, também mostra variações importantes ao longo do período. O número de escolas começou com 654 em 2014, alcançou um pico em 2015 (1.122) e posteriormente reduziu-se, estabilizando-se nos anos seguintes, com 915 escolas em 2023. A oscilação pode indicar mudanças nas prioridades municipais ou dificuldades em manter a oferta regular de ensino profissionalizante. Por fim, a rede privada, que lidera em número absoluto de escolas no início do período com 3.537 unidades em 2014, mantém relativa estabilidade, com um leve aumento em 2023, totalizando 3.244. Isso reflete sua posição consolidada no mercado de ensino técnico e profissionalizante, atendendo majoritariamente à demanda em regiões urbanas.

172

FIGURA 1.7: Evolução das escolas no ensino profissionalizante no Brasil de 2007 -2023 – Por unidade administrativa



Fonte: Inep/Censo Escolar

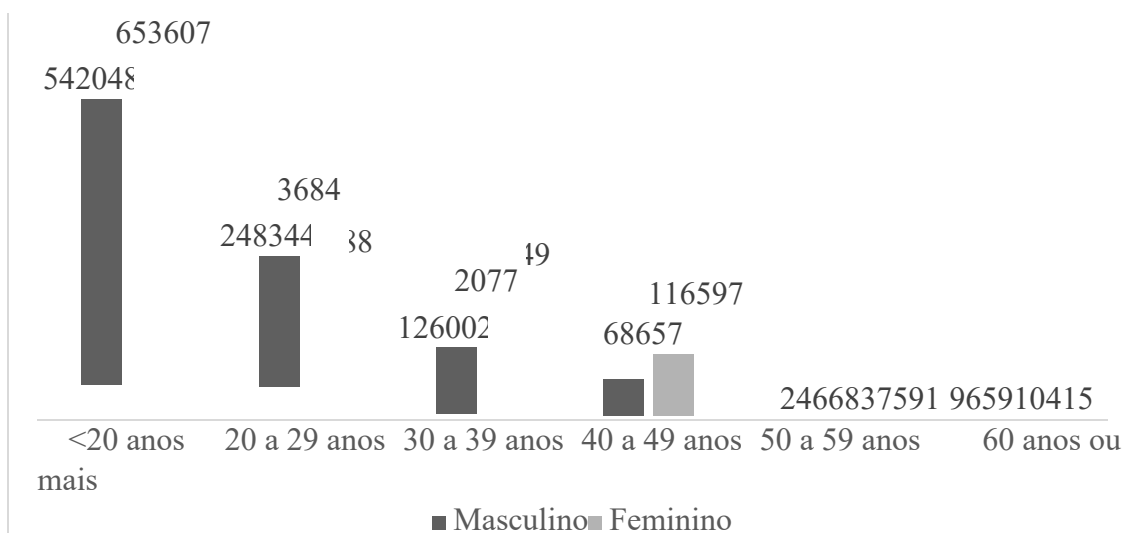
Esses dados permitem observar a predominância das redes estadual e privada, enquanto as redes federal e municipal vêm ganhando espaço em modalidades específicas, como a educação técnica e profissionalizante. A evolução geral reflete os esforços em diversificar e ampliar o acesso ao ensino médio, alinhando-se às demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

No que se refere ao perfil dos alunos matriculados na educação profissional no de 2023, a população analisada apresenta um perfil majoritariamente jovem, com 75,1% das matrículas concentradas entre estudantes com menos de 30 anos de idade. Esse dado reflete o papel central da educação profissional na transição dos jovens para o mercado de trabalho, evidenciando sua importância como ferramenta de capacitação para o início da trajetória profissional. As faixas etárias abaixo dos 30 anos representam o público mais expressivo, com destaque para o grupo de menores de 20 anos, que sozinhos compõem o maior contingente de matrículas.

Outro aspecto relevante é a predominância de mulheres em todas as faixas etárias da educação profissional. A diferença mais expressiva ocorre na faixa de 40 a 49 anos, onde as mulheres representam 62,9% das matrículas, evidenciando um comportamento diferenciado de retomada ou continuidade de estudos nesse grupo. Essa predominância feminina pode estar associada a diversos fatores, como maior busca por qualificação para o mercado de trabalho, reconversão de carreira ou interesse por áreas tradicionalmente mais procuradas por mulheres.

Por outro lado, à medida que a idade avança, observa-se uma queda significativa no número total de matrículas. Nas faixas de 50 a 59 anos e 60 anos ou mais, os números são reduzidos, indicando que a procura pela educação profissional diminui entre as populações mais velhas. Isso pode ser explicado por fatores como menor inserção desses grupos no mercado de trabalho formal, limitações relacionadas ao tempo disponível ou a percepção de menor retorno econômico com a qualificação tardia.

FIGURA 1.8: Número de Matrículas no Ensino Profissionalizantes por faixa etária



Fonte: Inep/Censo Escolar

DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS POR MODALIDADE E ETAPA DE ENSINO

Em 2023, o número total de matrículas na educação profissional atingiu 2,4 milhões, marcando um crescimento significativo de 26,1% em comparação a 2019. Esse aumento reflete o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a formação profissional e o crescente interesse por qualificações técnicas no Brasil. Ao analisar as modalidades, observa-se que a maioria delas apresentou crescimento no período, demonstrando uma expansão consistente da oferta e da procura por educação profissional.

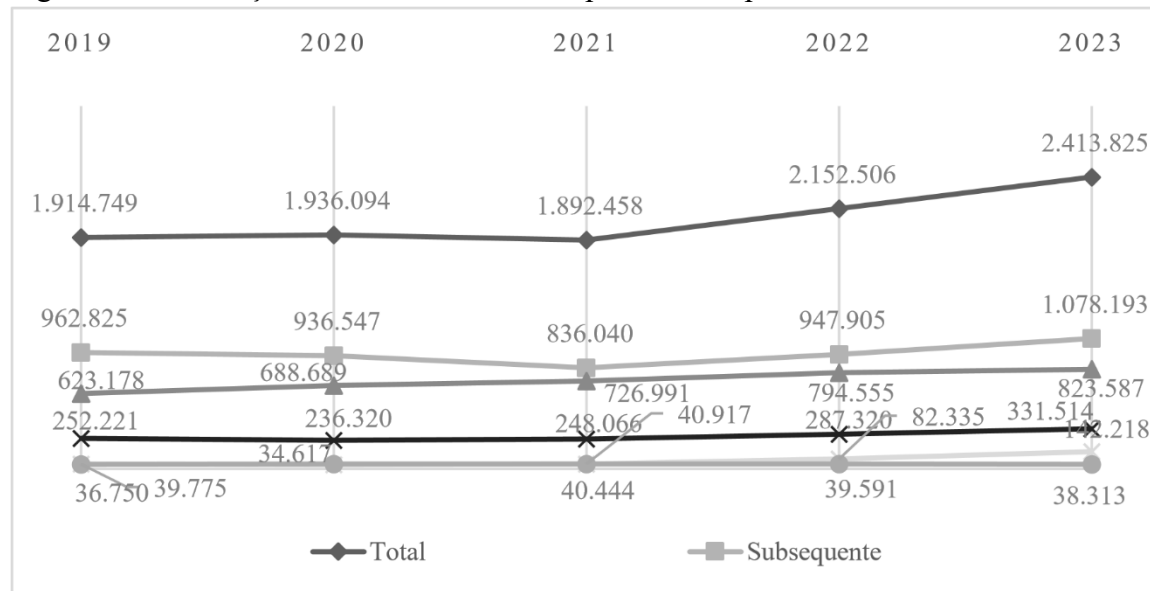
A modalidade subsequente (destinada a estudantes que concluíram o ensino médio) concentrou a maior parte das matrículas em termos absolutos, alcançando mais de 1 milhão de estudantes em 2023, um aumento de aproximadamente 12% em relação ao ano anterior. A modalidade integrada ao ensino médio também registrou crescimento contínuo ao longo dos anos, ultrapassando 823 mil matrículas, o que evidencia o impacto positivo de programas voltados à formação técnica integrada à educação básica.

Por outro lado, os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), embora ainda representem uma fatia menor do total, destacaram-se pelo crescimento relativo expressivo. Em 2023, as matrículas nesta modalidade aumentaram 71,9% em relação ao ano anterior, indicando uma valorização crescente da qualificação profissional de curta duração. Esse aumento pode estar relacionado à maior flexibilidade dos cursos FIC, que se mostram atraentes para trabalhadores em busca de requalificação ou inserção no mercado de trabalho.

A única modalidade que apresentou retração foi a EJA (Educação de Jovens e Adultos) no nível médio, que teve uma leve redução no número de matrículas ao longo do período analisado. Essa queda pode refletir desafios específicos relacionados ao engajamento e à retenção de estudantes adultos no sistema educacional.

Em síntese, os dados evidenciam uma expansão significativa da educação profissional no Brasil entre 2019 e 2023, com destaque para o aumento nas modalidades subsequente e integrada, bem como para o crescimento acelerado dos cursos FIC. Esses resultados reforçam a importância de políticas públicas que ampliem o acesso à formação profissional, especialmente em regiões com maior demanda por qualificação técnica.

Figura 1.9 – Evolução das matrículas ensino profissional por modalidade de 2019 a 2023.

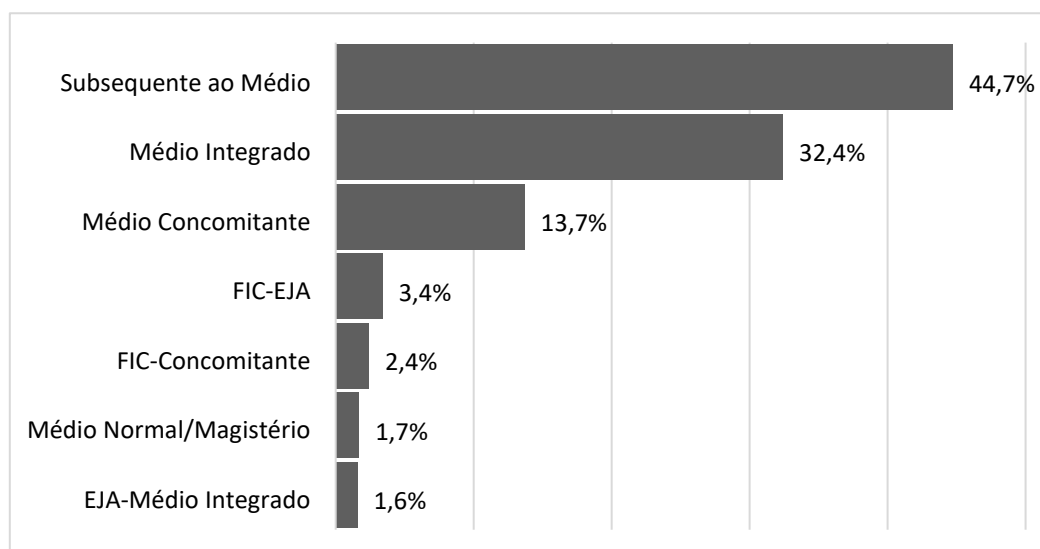


Fonte: Inep/Censo Escolar

175

A figura 1.10 revela que a maior parte das matrículas na educação profissional no Brasil está concentrada na modalidade subsequente ao Médio (44,7%) e no Médio Integrado (32,4%). As modalidades Médio Concomitante e FIC-Concomitante também apresentam percentagens significativas de matrículas (13,7% e 2,4%, respectivamente), sugerindo uma demanda por uma educação mais prática enquanto cursam o ensino médio. Por outro lado, as modalidades EJA-Médio Integrado e Médio Normal/Magistério possuem as menores percentagens de matrículas (1,6% e 1,7%, respectivamente).

Figura 1.10– Proporção de matrícula na educação profissional por modalidade no Brasil em 2023



Fonte: Inep/Censo Escolar

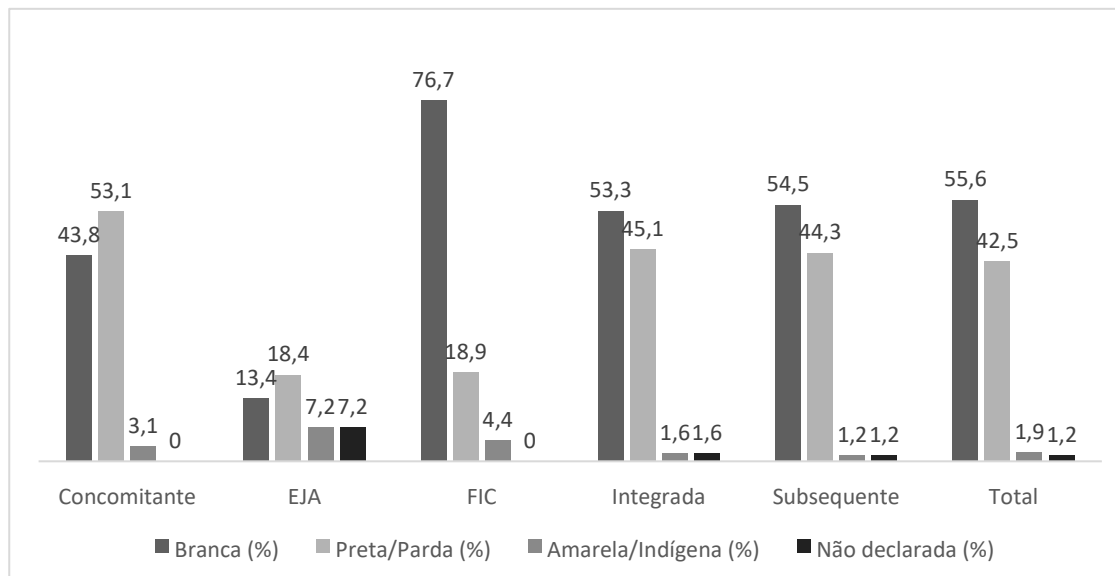
O Figura 1.11 apresenta a distribuição percentual de matrículas na educação profissional em 2023, segmentada por cor/raça e modalidades de ensino. Os dados fornecem insights importantes sobre a inclusão racial nas diferentes formas de oferta de educação profissional no Brasil, permitindo identificar desigualdades que precisam ser enfrentadas para promover maior equidade no acesso e permanência.

Os dados apontam uma predominância de estudantes brancos na maioria das modalidades de educação profissional, representando 55,6% do total de matrículas. Estudantes pretos e pardos, embora constituam 42,5% das matrículas totais, permanecem em segundo plano, evidenciando desigualdades raciais históricas no acesso à educação profissional. A baixa representatividade de estudantes indígenas e amarelos (1,9%) e daqueles que não declararam raça/cor (1,2%) sugere a necessidade de estratégias específicas para garantir maior inclusão desses grupos, especialmente considerando suas condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Nas modalidades Concomitante e Subsequente, há uma maior representatividade de estudantes brancos, com 43,8% e 54,5% das matrículas, respectivamente. No entanto, estudantes pretos/pardos também apresentam participação relevante (53,1% no Concomitante e 44,3% no Subsequente). Essas modalidades, que permitem maior flexibilidade para aqueles que já estão no mercado de trabalho, podem indicar uma busca significativa por qualificação profissional por parte de grupos menos favorecidos. A modalidade FIC, caracterizada por cursos de curta duração e de menor exigência acadêmica, apresenta a maior concentração de estudantes brancos (76,7%). Esse dado pode sugerir maior acesso desse grupo a oportunidades de qualificação rápida, talvez devido a melhores condições econômicas ou maior disponibilidade de informações sobre essa modalidade. Nas modalidades Integrada e EJA, observa-se um equilíbrio maior entre brancos e pretos/pardos. No caso da modalidade Integrada, brancos representam 53,3%, enquanto pretos/pardos correspondem a 45,1%. Já na EJA, a participação

de pretos/pardos é ligeiramente superior (18,4%) em relação aos brancos (13,4%). Esses dados podem estar relacionados à inclusão de estudantes mais vulneráveis socioeconomicamente, que frequentemente pertencem ao grupo de pretos/pardos.

Figura 1.11 – Proporção de matrícula na educação profissional por modalidade e etnia no Brasil em 2023



Fonte: Inep/Censo Escolar

Ao analisar a oferta de cursos técnicos por área de conhecimento no Brasil, conforme apresentado na Tabela 1, evidencia uma concentração significativa de matrículas e cursos em setores estratégicos da economia, refletindo tanto as demandas do mercado de trabalho quanto as prioridades educacionais estabelecidas. O eixo Ambiente e Saúde lidera em termos de abrangência e impacto, com o curso de Enfermagem registrando o maior número de matrículas (401.596) e cursos ofertados (1.998) entre todas as áreas analisadas. Tal predominância é coerente com a crescente demanda por profissionais de saúde no Brasil, especialmente em um cenário pós-pandêmico, que exige maior qualificação técnica e capacitação para atender às necessidades da população. Outros cursos do eixo, como Radiologia e Meio Ambiente, complementam essa oferta, atendendo a nichos específicos, como diagnóstico por imagem e gestão ambiental.

No eixo Controle e Processos Industriais, cursos como Eletrotécnica, Mecânica e Eletromecânica destacam-se, com a Eletrotécnica liderando em matrículas (74.229) e número de cursos (668). Essa área reflete a importância da formação técnica na base industrial do país, atendendo a setores como energia, manufatura e infraestrutura. A presença de cursos voltados para competências técnicas específicas demonstra um alinhamento estratégico com as demandas de indústrias que impulsionam o crescimento econômico.

Por outro lado, no eixo Gestão e Negócios, o curso de Administração desponta como o mais representativo, acumulando 294.386 matrículas e 2.581 cursos. A predominância dessa formação está alinhada à sua versatilidade, permitindo a aplicação em diferentes setores do mercado de trabalho. Outras formações, como Logística e Transações Imobiliárias, complementam a oferta, atendendo a áreas em expansão, como cadeia de suprimentos e o mercado imobiliário.

A área de Informação e Comunicação também se destaca, refletindo a crescente digitalização e a transformação tecnológica da economia brasileira. O curso de Informática lidera o eixo, com 136.357 matrículas e 1.449 cursos, seguido por Desenvolvimento de Sistemas, com 77.919 matrículas, evidenciando a alta demanda por profissionais qualificados em tecnologia da informação. Essa tendência reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a expansão dessa oferta, dado o papel central da tecnologia no mercado de trabalho contemporâneo.

Os cursos ligados à área de Recursos Naturais, como Agropecuária, também apresentam números expressivos, com 76.094 matrículas e 602 cursos, refletindo a importância do setor agropecuário para a economia brasileira. A presença de formações relacionadas ao Agronegócio e Agricultura ressalta a relevância de uma educação técnica conectada às especificidades regionais e às demandas do campo.

Por fim, áreas com menor representatividade, como Produção Cultural e Design, Infraestrutura e Segurança, embora apresentem números mais modestos, são essenciais para atender a nichos específicos e demandas locais. A inclusão de cursos como Design de Interiores e Segurança do Trabalho demonstra a diversidade e flexibilidade da educação técnica brasileira, que busca atender tanto às necessidades imediatas quanto às tendências emergentes.

178

Tabela 1 – Os três principais cursos ofertados por área de conhecimento

NO_AREA_CURSO_PROFISSIONAL	NO_CURSO_EDUC_PROFISSO	QT_CURSOS	QT_MAT_CURSOS
Ambiente e saúde	Enfermagem	1998	401596
	Radiologia	551	46572
	Meio Ambiente	351	31226
Controle e processos industriais	Eletrotécnica	668	74229
	Mecânica	452	46534
	Eletromecânica	382	38120
Desenvolvimento educacional e social	Outros - Eixo Desenvolvimento educacional e social	203	13050
	Secretaria Escolar	129	9419
	Tradução e Interpretação de Libras	43	2085
Ensino Médio - Curso	Ensino Médio - Curso	538	41458

Normal/Magistério Gestão e negócios	Normal/MagistérioAdministração	2581	294386
	Transações Imobiliárias	127	89247
	Logística	754	58688
Informação e comunicação	Informática	1449	136357
	Desenvolvimento de Sistemas	955	77919
	Informática para Internet	510	36460
Infraestrutura	Edificações	424	43491
	Agrimensura	44	2334
	Saneamento	18	1746
Militar	Outros - Eixo Militar	1	476
	Mecânica de Aeronaves	3	375
	Guarda e Segurança	1	13
Produção alimentícia	Alimentos	126	10763
	Agroindústria	102	9273
	Outros - Eixo Produção Alimentícia	14	994
Produção cultural e design	Design de Interiores	97	9534
	Multimídia	59	5662
	Teatro	60	5323
Produção industrial	Química	344	36990
	Biotecnologia	43	4266
	Vestuário	41	2686
Recursos naturais	Agropecuária	602	76094
	Agronegócio	308	18539
	Agricultura	142	12024
Segurança	Segurança do Trabalho	1103	97319
	Outros - Eixo Segurança	25	1567
	Defesa Civil	2	47
Turismo, hospitalidade e lazer	Guia de Turismo	157	9933
	Gastronomia	120	6433
	Eventos	68	4798

179

Em síntese, a análise evidencia a importância estratégica da educação profissional no Brasil, que, por meio de uma oferta variada, espera-se que esteja alinhada às demandas do mercado e desempenha um papel crucial na inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho, no fortalecimento da economia nacional.

2. CONCLUSÃO

O estudo apresentado evidencia de forma exploratória os avanços e desafios na expansão do ensino técnico e profissionalizante no Brasil, um campo estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do país. Os dados analisados mostram que, embora políticas públicas tenham

conseguido ampliar a oferta de vagas e diversificar as modalidades de ensino, há ainda lacunas significativas que precisam ser abordadas para garantir uma educação de qualidade e equitativa. Desigualdades regionais, disparidades étnicas e a concentração de matrículas em áreas mais tradicionais são reflexos de barreiras históricas e estruturais que limitam o potencial transformador dessa modalidade educacional.

O protagonismo das redes estaduais e federais na educação profissional é evidente, mas o setor privado também desempenha um papel relevante na oferta de cursos com forte alinhamento ao mercado de trabalho. No entanto, a sub-representação de áreas estratégicas como Energias Renováveis e Biotecnologia, bem como a limitada integração entre o ensino técnico e as demandas de inovação tecnológica, apontam para a necessidade de políticas mais alinhadas às tendências globais e às transformações socioeconômicas.

A inclusão de grupos vulneráveis, especialmente nas modalidades integradas e concomitantes, deve ser uma prioridade para futuras iniciativas. Além disso, o estudo sugere que a relação entre educação profissional e empregabilidade poderia ser fortalecida por meio de maior articulação entre instituições de ensino, setor produtivo e políticas públicas de incentivo ao trabalho jovem. Esse alinhamento seria essencial para transformar o potencial da educação profissional em resultados concretos, como redução do desemprego juvenil e aumento da produtividade.

180

Além disso, a evolução tecnológica e as transformações do mercado de trabalho, como a digitalização e a automação, reforçam a necessidade de monitoramento contínuo. Estudos prospectivos sobre os impactos de novas tecnologias na oferta de cursos técnicos e na inserção profissional poderiam contribuir para estratégias mais robustas de planejamento educacional.

Além das contribuições deste estudo, seria relevante realizar uma análise sobre a relação entre a geração de empregos para jovens e a demanda por matrículas em diferentes áreas do ensino técnico no Brasil. Esse aprofundamento poderia ajudar a identificar possíveis correlações, disparidades ou alinhamentos entre as exigências do mercado de trabalho e a oferta de vagas no ensino profissionalizante, fornecendo subsídios para o aprimoramento das políticas educacionais e a melhor integração entre formação e empregabilidade.

Em suma, o artigo destaca a relevância estratégica do ensino técnico e profissionalizante como um vetor de inclusão social e desenvolvimento econômico. No entanto, alcançar todo o potencial dessa modalidade educacional exige ações integradas, investimentos consistentes e monitoramento constante. Ao identificar as brechas existentes e propor direções futuras, este trabalho contribui para uma agenda de pesquisa contínua, que pode ser ampliada e refinada à medida que novas demandas e desafios surgem. Dessa forma, ele estabelece não apenas um

retrato atual da educação técnica no Brasil, mas também um convite para novas investigações que fortaleçam sua relevância no século XXI.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. J. N; CHEIN, F.; PINTO, C. **Ensino Profissionalizante, Desempenho Escolar e Inserção Produtiva: Uma Análise com dados do ENEM**. 2014. Disponível:

<http://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_I/i12ac3a8f487db438fc6278e117ab468a01.pdf> Acesso em: 08 de abril de 2024

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14 abril. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm> Acesso em: 28 abril. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de

28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Portal da Legislação, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 15 abril. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF:

Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25de-maio-de-2017-20238503. Acesso em: 29 abril. 2024.

BRASIL. Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018. **Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em:

https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29495231/do1-2018-07-11-portaria-n-649-de-10-de-julho-de-2018-29495216. Acesso em: 29 abril. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 ago. 2020.

BRASIL. Resolução nº 3, de 3 de outubro de 2018. Altera o art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/43883704/do1-2018-10-04-resolucao-n-3-de-3-de-outubro-de-2018-43883537. Acesso em: 29 abril. 2024.

BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622. Acesso em: 29 abril. 2024.

BASSI, M. BUSSO, M. URZÚA, S. VARGAS, J. **Desconectados: Habilidades, educación y empleo en América Latina**, BID, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/ajess/Downloads/Desconectados-Habilidades-educa%C3%A7%C3%A3o-e-emprego-na-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>. Acesso em: 29 abril. 2024.

BEMERGUY, D. A.; TANNURI-PIANTO, M. E. **Impacto do ensino profissionalizante na empregabilidade e nos salários dos trabalhadores: uma abordagem quantílica robusta**. 2019.

Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://bdm.unb.br/bitstream/10483/24889/1/2019_DanielAbenAtharBemerguy_tcc.pdf. Acesso em: 08 de abril. 2024.

183

CURY, C. R. J., & FERREIRA, L. A. M. (2008). **A judicialização da educação**. Disponível em: <https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Educacao/Doutrina/A%20Judicializa%C3%A7%C3%A3o%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Dr.%20Luiz%20Antonio%20Migu.pdf>. Acesso em: 29 abril. 2024.

CARA, D.; citado por DE OLIVEIRA. "Novo Ensino Médio 'não sobrevive mais', afirma Daniel Cara". Rede Brasil Atual, 2023. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/novo-ensino-medio-nao-sobrevive-mais-afirmadaniel-cara/>. Acesso em: 08 de abril. 2024.

FREY, K. ; OLIVEIRA, V. E. ; XIMENES, S. B. ; BITTENCOURT, L. N. ; LOTTA, G. S. . **Políticas Públicas em Perspectiva Comparada: proposta de um framework para a análise de experiências locais**. In: Klaus Frey; Lúcio Nagib Bittencourt. (Org.). Poder local, políticas públicas e relações federativas: O caso do ABC paulista. 1ed.Curitiba: EDITORA CRV, 2022, v. 1, p. 21-47.

GALVÃO, F. V. **Efeitos do Programa Ensino Integral sobre o desempenho dos alunos no Saeb**. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/375515696_Efeitos_do_Programa_Ensino_Integral_sobre_o_desempenho_dos_alunos_no_Saeb. Acesso em: 29 de abril. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO T EIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2023. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopsesestatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 08 de abril. 2024.

MESQUITA JUNIOR, E. R.; MARIANO, F. Z; FRANÇA, J. M. S. A Política de Cotas afeta o efeito do tipo de escola no ensino médio sobre a Entrada na Universidade? Evidência por **Cursos e por Faixas de Renda**. 2022. Disponível em: chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.anpec.org.br/nordeste/2022/submissa_o/arquivos_identificados/006-5107f2eab90bed301319e23e2422d08f.pdf. Acesso em: 08 de abril. 2024.

MERCADANTE A., **Educação e Capacitação Técnica e Profissional no Brasil**, Documentos de Projectos (LC/TS.2019/44), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/49d75f96-0604-4c39-b91a-324bf4bec47c/content>. Acesso em: 08 de abril. 2024.

MARIANO, F. Z; ARRAES, R. A. Trajetória Longitudinal dos Alunos de Escolas Profissionalizantes do Ceará para o Mercado de Trabalho. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/Tkz6VmmNBbGKfHfn5C7KMbf/?lang=pt>. Acesso em: 08 de abril. 2024.

OECD. **Education at a Glance 2023: OECD Indicators**, OECD Publishing, Paris. 2023. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance2023_e13bef63-en. 29 de abril. 2024.

OECD (2023), “How did countries perform in PISA?”, in PISA 2022 Results (Volume I): The State of Learning and Equity in Education, OECD Publishing, Paris. 2023.

Disponível em <https://doi.org/10.1787/9149c2f5-en>. Acesso em: 08 de abril. 2024.

SEVERNINI, E. R.; ORELLANO, V. I. F. **O Efeito do Ensino Profissionalizante sobre a Probabilidade de Inserção no Mercado de Trabalho e sobre a Renda no Período Pré-PLANFOR**. ANPEC, 2010. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n1p155_174.pdf. Acesso em: 08 de abril. 2024.

SITEAL [Sistema de Informação de Tendências Educacionais na América Latina] (2019). Educación y formación técnica y profesional. IIPPE UNESCO.

XIMENES, S. B. **Direito à Qualidade na Educação Básica: teoria e crítica**. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

